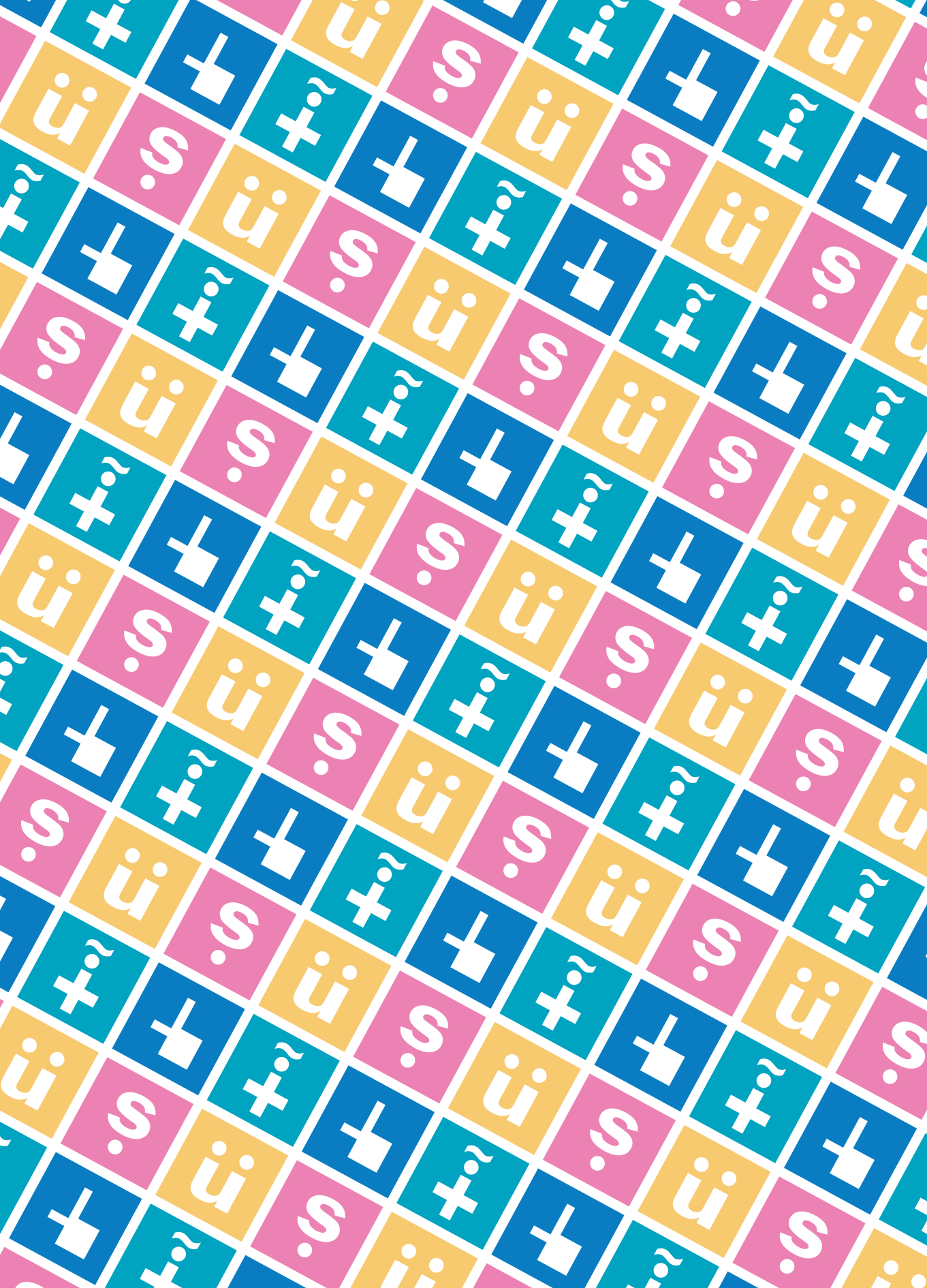


Inventário Nacional
da Diversidade Linguística
INDL

Guia de Pesquisa e Documentação

Volume
2

FORMULÁRIO E
ROTEIRO DE PESQUISA



© IPHAN 2016

GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO PARA O INDL
INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

VOLUME 2

FORMULÁRIO E ROTEIRO DE PESQUISA

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA CULTURA

Juca Ferreira

PRESIDENTA DO IPHAN

Jurema Machado

DIRETORIA DO IPHAN

Andrey Rosenthal Schlee - DEPAM

Luiz Philippe Peres Torelly - DAF

Marcos José Silva Rêgo - DPA

Robson Antônio de Almeida - PAC-CH

Vanderlei dos Santos Catalão - DPI

COORDENADORA GERAL DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO - DPI

Mônia Silvestrin

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO

HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SEP/Sul EQ 713/913 lote D, Edifício Lúcio Costa, 4º andar

Cep: 70390-135

TELEFONES: (61) 2024.5401/5402/5416

E-MAIL: diversidade.linguistica@iphan.gov.br

FACEBOOK: www.facebook.com/diversidadelinguistica

WWW.IPHAN.GOV.BR

I59g

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Brasil)
Guia de pesquisa e documentação para o INDL : patrimônio cultural
e diversidade linguística / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional. – Brasília-DF, 2016.

2 v. ; 18 x 25 cm

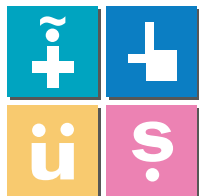
ISBN: v. 1 978-85-7334-288-8

v. 2 978-85-7334-289-5

1. Diversidade Linguística. 2. Patrimônio Cultural. 3. INDL. I. Título.

CDD 410





Inventário Nacional da
Diversidade Linguística
INDL

Guia de Pesquisa e Documentação

Volume
2

FORMULÁRIO E
ROTEIRO DE PESQUISA

ORGANIZAÇÃO, PESQUISA E REDAÇÃO

Marcus Vinicius C. Garcia
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Mônia Silvestrin
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Ana Paula Seiffert
CONSULTORA IPHAN/UNESCO

Flávia de Freitas Berto
CONSULTORA IPHAN/UNESCO

Thiago Costa Chacon
CONSULTOR IPHAN/UNESCO/UNB

Giovana Ribeiro Pereira
MESTRANDA PEP/IPHAN

MEMBROS DO GTDL 2006-2010

Aryon Rodrigues (*in memoriam*)

Carlos Augusto Abicalil

Dennis Moore

Edy de Freitas

Francisca Picanço

Gilvan Müller de Oliveira

José Carlos Levinho

Jurema Machado

Juscelina Nascimento

Márcia Sant'Anna

Maria Cecília Londres

Maria do Rosário Almeida

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Suzana Grillo

COLABORADORES

Américo Machado Filho

Cléo Vilson Altenhofen

Dante Lucchesi

Evangelina Cavalcante

Francisca Picanço

Gilvan Muller de Oliveira

Márcia Oliveira

Margarida Petter

Marianne Cavalcante

Marley Pertile

Ronice Muller de Quadros

Rosângela Morello
Síntia Bausen Kuster
Stella Maris Borttone
Yeda Pessoa de Castro

COMISSÃO TÉCNICA DO INDL

Célia Maria Corsino IPHAN/MINC

Mônia Silvestrin SUPLENTE

Bruna Franchetto MUSEU DO ÍNDIO/MJ

Alexander Noronha de Albuquerque SUPLENTE

Dennis Moore MUSEU GOELDI/MCTI

Hendrikus Van der Voort SUPLENTE

Nilza Pereira de Oliveira Martins IBGE/MPOG

Andrea da Silva Borges SUPLENTE

Viviane Fernandes Faria MEC

Suzana Martelletti Grillo Guimarães SUPLENTE

CONSULTORIA E REVISÃO TÉCNICA

Jorge Domingues Lopes UFPA

DESIGN GRÁFICO

Elayne Fonseca | CASA 8

Beatriz Ferreira

Inara Vieira

LOGOTIPO

Diego Simas

Guia de Pesquisa e Documentação

Volume
2

FORMULÁRIO E
ROTEIRO DE PESQUISA

O GUIA DE PESQUISA E

DOCUMENTAÇÃO PARA O INVENTÁRIO NACIONAL

DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA é um instrumento da Política da Diversidade Linguística e tem como objetivo disponibilizar orientações para a realização de inventários das línguas do Brasil, que podem servir de subsídio para solicitações de inclusão de línguas no INDL.

O GUIA está estruturado em dois volumes e um Suplemento Metodológico. O **VOLUME 1** traz uma apresentação geral da Política da Diversidade Linguística e do processo de inventário nas suas diferentes dimensões. O **VOLUME 2** apresenta o formulário do INDL e um roteiro temático de pesquisa. Como complemento aos volumes temáticos, foi desenvolvido um **SUPLEMENTO METODOLÓGICO** contendo orientações técnicas e ferramentas utilizadas em pesquisas já realizadas, de modo que sirvam de referência para consulta. Este Suplemento estará disponível em meio digital na área destinada à Diversidade Linguística do Portal do Iphan na internet.

VOLUME 1 **PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA**

é dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a Política da Diversidade Linguística, suas linhas de atuação e seus instrumentos. O segundo capítulo aborda a relação entre diversidade linguística e patrimônio cultural. O processo de inclusão de línguas no INDL é abordado no terceiro capítulo.

Do capítulo quatro ao seis são abordadas as diferentes dimensões que constituem a **PROPOSTA DE INVENTÁRIO**, desde os seus conceitos estruturantes até as orientações para organização dos arquivos audiovisuais, incluindo os temas documentação linguística, técnicas de pesquisa e tratamento de dados.

VOLUME 2 **FORMULÁRIO E ROTEIRO DE PESQUISA**

é dividido em duas partes. A primeira trata do formulário do INDL, com as respectivas orientações para o seu preenchimento. Já a segunda parte apresenta seções com orientações sobre os diversos temas de pesquisa relativos ao escopo do inventário. Nessa parte também são contempladas, do ponto de vista procedimental, algumas temáticas que requerem abordagem conceitual específica, tais como denominações, classificação genética, atitudes e representações, língua e variedades, usos linguísticos e escala de vitalidade linguística.

SUMÁRIO

PARTE 1	INTRODUÇÃO AO FORMULÁRIO DO INDL	10
MÓDULO 1	Identificação da pesquisa	13
	Dados do proponente	13
	Identificação da pesquisa	14
	Escopo do inventário	15
	Documentação de anuência	15
	Avaliação sobre as informações fornecidas	15
	Identificação da área de abrangência da pesquisa	18
MÓDULO 2	Caracterização territorial	20
	Identificação das localidades onde a língua é falada	20
	Caracterização do território da língua	22
MÓDULO 3	Comunidade linguística	24
	Identificação da comunidade linguística	24
	População da comunidade linguística	24
	Caracterização da comunidade linguística	25
MÓDULO 4	Identificação e caracterização da língua de referência	26
	Denominações	26
	Modalidade da língua	27
	Historicidade	27
	Classificações da língua	28
	Língua e variedades	28
	Situação político-jurídica	30
	Recursos documentais	32
	Pessoas de referência	33
	Instituições	34
MÓDULO 5	Diagnóstico sociolinguístico	38
	Falantes	38
	Aquisição	40
	Transmissão	42
	Escrita e leitura	43
	Situações de uso	46
	Atitudes linguísticas da comunidade	48
	Síntese	49
MÓDULO 6	Avaliação da vitalidade linguística, revitalização e promoção	51
	Ações de revitalização e promoção	51
	Vitalidade linguística	52

PARTE 2 ORIENTAÇÕES SOBRE TEMAS DE PESQUISA DOS INVENTÁRIOS 55

SEÇÃO 1 Localidades de ocorrência da língua 55

- 1.1 *Pesquisando as localidades de ocorrência da língua* 55
- 1.2 *Localidades de ocorrência da língua como uma variável dos diagnósticos* 57
- 1.3 *Documentação audiovisual das localidades de ocorrência da língua* 57
- 1.4 *Mapeamento* 57

SEÇÃO 2 Falantes 59

- 2.1 *Definindo a população da comunidade linguística* 59
- 2.2 *Tipos de falantes e níveis de proficiência* 60

SEÇÃO 3 Denominações 67

SEÇÃO 4 Classificação genética 68

SEÇÃO 5 Língua e variedades 69

- 5.1 *Dificuldades do nível sistêmico* 69
- 5.2 *Inteligibilidade mútua* 70
- 5.3 *O nível simbólico-político* 71
- 5.4 *Identificação de variedades linguísticas* 72

SEÇÃO 6 Usos linguísticos 79

- 6.1 *Língua dominante* 79
- 6.2 *Aquisição e transmissão da língua* 80
- 6.3 *Situações sociais de usos linguísticos* 81
- 6.4 *Escrita, leitura e grafias* 85

SEÇÃO 7 Atitudes e representações 87

SEÇÃO 8 Patrimonialização e oficialização 89

SEÇÃO 9 Vitalidade linguística 90

SEÇÃO 10 Autogestão, revitalização e promoção da língua 93

- 10.1 *Pesquisa, diagnósticos e documentação* 94
- 10.2 *Ações de mobilização* 95
- 10.3 *Estratégias e ações para revitalização e promoção da língua* 97

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 101

INTRODUÇÃO AO FORMULÁRIO DO INDL

A produção de conhecimento sobre as línguas tem seu escopo definido a partir de algumas temáticas centrais para a metodologia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Essas temáticas estão sistematizadas em um formulário específico, um dos produtos dos inventários, apresentado nesta seção.

O formulário fornece um roteiro básico dos temas de pesquisa, mas não totaliza os processos de inventários ou produtos dos inventários. Como um roteiro, o formulário também não esgota as questões possíveis de investigação para cada tema sugerido. Na verdade, os pesquisadores são encorajados a ir além, cobrindo as questões propostas de cada tema e inovando com outras questões e temas pertinentes à situação sociolinguística específica em que estejam trabalhando. Essas informações adicionais podem ser fornecidas no próprio formulário, em campos específicos de observações e detalhamentos, bem como no relatório de pesquisa que é um dos produtos do INDL.

O objetivo do formulário é sintetizar e organizar o trabalho de pesquisa e baseia-se em questões padronizadas, visando à construção de um banco de conhecimentos sobre a diversidade linguística no Brasil.

O formulário está organizado em 6 *módulos*, com um conjunto de temas para cada um deles, conforme ilustrado a seguir:

1. IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

- Dados do proponente;
- Identificação da pesquisa;
- Escopo do inventário;
- Documentação de anuência;
- Avaliação sobre as informações fornecidas;
- Identificação da área de abrangência da pesquisa.

2. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

- Identificação das localidades onde a língua é falada;
- Caracterização do território da língua.

3. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

- Identificação da comunidade linguística;
- População da comunidade linguística;
- Caracterização da comunidade linguística.

4. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

- Denominações;
- Modalidade da língua;
- Historicidade;
- Língua e variedades;
- Situação político-jurídica;
- Recursos documentais;
- Pessoas de referência;
- Instituições.

5. DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO

- Falantes;
- Aquisição;
- Transmissão da língua de referência;
- Escrita e leitura;
- Situações de uso;
- Atitudes linguísticas na comunidade;
- Síntese.

6. AVALIAÇÃO DA VITALIDADE LINGUÍSTICA, REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO

- Ações de revitalização e promoção;
- Vitalidade linguística.

O PRIMEIRO MÓDULO, **IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA**, é de apresentação e inclui dados sobre proponente e metadados. Deve ser respondido uma única vez por pesquisa, mesmo que seja um inventário regional. Já os demais módulos deverão ser respondidos para cada língua a ser inventariada. Ou seja, se uma pesquisa tem como objetivo a produção de conhecimento sobre uma única língua, ela deverá responder uma única vez a cada um dos módulos. Mas se a pesquisa tem como objetivo a produção de conhecimento sobre cinco línguas, ela irá responder ao módulo PESQUISA uma única vez, e aos demais módulos, separadamente, para cada uma das cinco línguas.

Os MÓDULOS de 2 a 6 reúnem um conjunto de temas destinados à produção de conhecimentos e cada tema contém uma gama de itens e questões. Todos os temas deverão ser objeto de pesquisa e mobilização social dos inventários. No entanto, nem todos os itens de um tema são necessários para os **INVENTÁRIOS BÁSICOS**. Outros itens são objetos específicos do **ACERVO DIGITAL** (cf. Seção 6.4, do Volume 1 do Guia).

Para facilitar a visualização do escopo diferenciado entre inventários básicos e amplos, e entre as naturezas de cada item de acervo digital e de preenchimento automático, usamos um sistema de cores para cada tipo de item em particular, conforme ilustrado abaixo:

INVENTÁRIO BÁSICO

INVENTÁRIO AMPLO

ACERVO DIGITAL

Com relação à natureza dos dados, aos procedimentos implícitos para a pesquisa sobre esses dados e ao tipo de resposta requerida, existem dois tipos de informação que são solicitados pelos itens do formulário. São eles:

IDENTIFICAÇÃO: informações objetivas com respostas sumárias e de caráter horizontal, cuja produção de conhecimento pode ser realizada por observações empíricas em levantamentos de campo, amostragens e/ou estimativas decorrentes de observações e conhecimentos prévios.

CARACTERIZAÇÃO: os itens de caracterização tendem a ser um desdobramento dos itens de identificação. São informações com base em análises e sínteses de dados de diferentes naturezas, com respostas de caráter descritivo e ensaístico, cuja produção de conhecimento requer uma combinação de dados empíricos e objetivos com pesquisas em fontes secundárias, holísticas e qualitativas.

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Este é o espaço para identificação do proponente, do projeto e de parte dos metadados, ou seja, informações sobre o conteúdo disponibilizado no que diz respeito à sua natureza, fontes, abrangência e metodologia de levantamento. Este módulo não corresponde propriamente a um tema de pesquisa, mas nele estão contidas questões preliminares sobre o modo como a pesquisa foi organizada, além de um conjunto de informações preliminares para informar aos leitores sobre sua natureza.

1. DADOS DO PROPONENTE

Nos campos a seguir, preencha com os dados do responsável pelo inventário: nome da instituição e seu endereço, nome(s) do(s) responsável(veis) pela instituição e pela pesquisa, formas de contato (da instituição e dos responsáveis, se possível), o tipo de instituição e as credenciais da equipe, ou seja, um conjunto de informações básicas sobre a experiência dos membros da equipe, sua experiência com a(s) língua(s) inventariada(s) com a(s) comunidade(s) linguística(s) em questão e outras pesquisas correlatas.

Nome da Instituição	
Endereço da Instituição	
Nome do responsável pela instituição	
Contatos (e-mail e telefone) do responsável pela instituição	
Nome do responsável pela pesquisa	
Contatos (e-mail e telefone) do responsável pela pesquisa	
Tipo de Instituição (Utilize a tabela de códigos a seguir para indicar o tipo de instituição)	[]

TABELA DE CÓDIGOS – TIPOS DE INSTITUIÇÃO

[1] Associação/Representação de falantes	[6] Instituição Pública Municipal
[2] Terceiro Setor	[7] Ponto de cultura ou similar
[3] Instituição Privada	[8] Instituição Religiosa
[4] Instituição Pública Federal	[9] Fundação
[5] Instituição Pública Estadual/Distrital	[10] Outro (<i>especificar</i>)

CREDENCIAIS DA EQUIPE

--

2. IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA**2.1 NOME DE IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA**

Identifique no campo abaixo o nome de identificação da pesquisa. Sugere-se nomear o projeto a partir da identificação da língua, da comunidade linguística ou de uma região multilíngue. Por exemplo, “Inventário da língua Juruna”, “Inventário da região do Lavrado de Roraima”.

--

2.2 OBJETIVO DA PESQUISA

Nos campos abaixo, indique o objetivo da produção de conhecimento apresentada por meio deste formulário, assim como a(s) língua(s) correspondente(s) cuja inclusão no INDL é solicitada.

<input type="checkbox"/> Produção de conhecimento para inclusão da língua no INDL	
De qual/quais língua(s)?	
<input type="checkbox"/> Produção de conhecimento de língua(s) já incluída(s) no INDL	
De qual/quais língua(s)?	
<input type="checkbox"/> Outro. Explique:	
Qual? Sobre qual/quais língua(s)?	

2.3 IDENTIFICAÇÃO E SÍNTESE DA(S) LÍNGUA(S)

Faça um breve texto descritivo, contendo uma síntese de informações e dados levantados durante a pesquisa sobre as línguas inventariadas, como, por exemplo, nome da língua, região de origem, localidades onde a língua é falada, número estimado de falantes, entre outros. Crie um novo campo para cada língua inventariada.

Nome da língua:

Síntese:

3. *ESCOPO DO INVENTÁRIO*

Selecione a opção quanto ao Escopo do Inventário. O inventário básico contém o mínimo necessário para a inclusão no INDL. O inventário amplo contempla produções de conhecimento mais abrangentes sobre uma ou mais línguas. Ambas as possibilidades de inventário possuem a mesma natureza de produtos (formulário, relatório e acervo digital).

Inventário básico

Inventário amplo

4. *DOCUMENTAÇÃO DE ANUÊNCIA*

4.1 *ANUÊNCIA À PESQUISA*

Anexe documentação comprobatória de anuência da comunidade linguística para a realização da pesquisa. Se o proponente for uma organização com representantes da própria comunidade, esse é o espaço para que isso seja informado. Se o proponente for organização de fora da comunidade, faz-se necessária a anexação de documentação impressa ou audiovisual conforme normatização pertinente (consultar a Seção 4.2, Volume 1 do Guia, para obter informações sobre anuências). O Suplemento Metodológico traz exemplos de documentação de anuência.

Anexar/Fazer upload de arquivo(s)

4.2 *PEDIDO DE RECONHECIMENTO*

Anexe documentação (escrita ou audiovisual) em que a comunidade manifeste petição ou concordância para a inclusão da língua no INDL.

Anexar/Fazer upload de arquivo(s)

5. *AVALIAÇÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS*

Neste item, espera-se que os proponentes realizem uma autoavaliação das informações que inscreverem no formulário quanto à abrangência e à natureza dos

dados, além de fornecer informações sobre fontes e escopo das pesquisas. Demais informações e aprofundamentos sobre metodologia e execução das pesquisas devem ser fornecidas no relatório de pesquisa – sugere-se que as equipes indiquem nos campos de observação do formulário em qual seção do seu relatório estão disponíveis tais dados (para mais informações sobre fontes, abrangência e técnicas de produção de dados, consultar o Volume 1 do Guia).

5.1 FONTES DOS DADOS

As perguntas deste item dizem respeito às fontes de dados utilizadas pela pesquisa, isto é, se houve trabalho em campo para geração de dados originais e/ou atualização de dados secundários.

- Houve pesquisa de campo para a produção de dados originais?

Selecione a opção adequada.

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

- Quais dados do formulário foram produzidos e/ou atualizados em campo?

Liste os itens do formulário para os quais houve produção de dados originais em campo. Ex.: Módulo Identificação e caracterização da língua de referência – 5.2 Caracterização das línguas e variedades identificadas; Módulo Diagnóstico sociolinguístico – 1. Falantes; 2. Aquisição; 3. Transmissão.

- Com relação aos dados secundários, explique sumariamente:

Preencha com as informações requeridas.

Quais tipos de dados foram atualizados em campo?	
Para quais tipos de dados houve pouca ou nenhuma atualização?	

5.2 FONTE DAS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO

Os itens a seguir servem para identificar o modo como o levantamento da população da comunidade e do número de falantes foi realizado e como os tipos de falantes foram definidos em cada pesquisa.

- Como foi feito o levantamento da população da comunidade?

Selecione uma das opções. Pode ser assinalada mais de uma alternativa. No caso da seleção da opção “outros”, pede-se que seja explicado brevemente o tipo de levantamento ou estimativa no quadro de observações.

- Levantamento populacional total
- Estimativa por amostragens
- Estimativa por dados secundários
- Outros

OBSERVAÇÕES:

■ Como o número de falantes foi obtido?

Selecione uma das opções abaixo. Pode ser assinalada mais de uma alternativa. No caso da seleção da opção “outros”, pede-se que seja explicado brevemente o tipo de levantamento ou estimativa no quadro de observações.

- Levantamento populacional total
- Estimativa por amostragens
- Estimativa por dados secundários
- Outros

OBSERVAÇÕES:

■ Como foram aferidos os tipos de falantes?

Selecione uma das opções abaixo. Pode ser assinalada mais de uma alternativa. No caso da seleção da opção “outros”, pede-se que seja explicado brevemente o tipo de levantamento realizado para aferir tipos de falantes no quadro de observações.

- Testes de proficiência
- Autodeclaração
- Pesquisador falante
- Conhecimento geral de pessoa-chave
- Outros

OBSERVAÇÕES:

5.3 APROFUNDAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Listar as principais áreas do formulário que necessitam de aprofundamento de informações, referenciando o item do formulário correspondente. Neste espaço, os proponentes são convidados a fazer uma autocrítica e informar quais campos do formulário necessitam de pesquisas mais detalhadas e aprofundadas.

ITEM	ESPECIFICAR NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO

6. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Neste item, é identificada a área de abrangência da pesquisa, contemplando sua denominação, sua delimitação geográfica e sua abrangência em relação aos países, estados, municípios, Terras Indígenas (quando for o caso) e Territórios Quilombolas que a compõem (consultar Seções 4 e 5 do VOLUME 1 do Guia para questões sobre territorialidade e delimitação geodemográfica da pesquisa).

6.1 NOME PARA IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Exemplos: “Território da Língua Guarani Mbya”; “Comunidade Pomerana do Espírito Santo”.

6.2 A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA FOI ESCOLHIDA COM BASE:

Assinale a alternativa adequada.

- num recorte limitado das localidades de ocorrência de uma única língua (inventário por língua)
- na totalidade das localidades de ocorrência de uma única língua (inventário por língua)
- numa região com várias línguas (inventário regional)

6.3 DELIMITAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Identifique e nomeie Países, Estados, Municípios, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas (quando for o caso) abrangidos pela pesquisa em questão.

	QUANTOS?	QUAIS?
Países		
Estados		
Municípios		
Terras Indígenas		
Territórios Quilombolas		

6.4 IDENTIFICAÇÃO DAS LOCALIDADES DE PESQUISA

No quadro a seguir, utilize linhas diferentes para cada localidade dentro da área de abrangência da pesquisa. Informe o nome da localidade em Português, se houve visita *in loco* pela pesquisa (ou seja, se houve trabalho de campo naquela localidade), as coordenadas geográficas correspondentes para cada localidade, a localização geográfica e as línguas faladas na localidade junto com o número estimado de falantes por língua [inventários amplos]. Utilize quantas linhas forem necessárias para acrescentar mais línguas.

NOME DA LOCALIDADE	VISITA IN LOCO PELA PESQUISA?	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	TIPO DO USO DO SOLO	ESTATUTO JURÍDICO DA LOCALIDADE	LÍNGUAS IDENTIFICADAS NA LOCALIDADE	NÚMERO DE FALANTES POR LÍNGUA IDENTIFICADOS PELA PESQUISA
	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	----- (Lat. (X)) ----- (Long.(Y))	País: Estado: Município:	<input type="checkbox"/> Urbano <input type="checkbox"/> Rural	<input type="checkbox"/> Unidade de conservação ambiental <input type="checkbox"/> Terra Indígena <input type="checkbox"/> Território Quilombola <input type="checkbox"/> Localidade de litígio fundiário <input type="checkbox"/> Sem estatuto jurídico especial		

Se houver interesse, preencha o formulário de cadastramento para as demais línguas que foram identificadas na área de abrangência de pesquisa, mas que não são objetos desse levantamento.

6.5 ÁREA(S) FOCAL(IS) DA PESQUISA

Se o inventário delimitou uma ou mais áreas focais de pesquisa, identifique-as no quadro abaixo (preencha um quadro para cada área focal delimitada pelo inventário).

Denominação da área focal	
Localidades circunscritas à área focal	
Motivações Por quais razões o inventário delimitou essa área focal?	
Que tipos de questões de pesquisa ela serviu para responder?	

6.6 MAPA(S)

Anexe/faça o upload de mapas que representem a área de abrangência da pesquisa

Anexar arquivos ao formulário impresso / Fazer upload de arquivo(s)

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

Este módulo do formulário do INDL abrange a identificação dos lugares onde é falada a língua de referência, bem como a delimitação e caracterização do território dessa língua. Além das informações do formulário, as principais localidades de ocorrência da língua também devem ser objeto de documentação audiovisual por meio da produção de fotos e vídeos. Lembre-se de que, a partir deste módulo, os proponentes dos inventários regionais deverão preencher um formulário para cada língua de referência.

1. IDENTIFICAÇÃO DAS LOCALIDADES ONDE A LÍNGUA É FALADA

Neste espaço, serão identificadas as localidades de ocorrência da língua de referência, dentro da área de abrangência da pesquisa, além daqueles onde a língua ocorre fora da área levantada pela pesquisa.

1.1 LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA FORA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Assinale a opção adequada. Caso confirme a existência de localidades onde haja falantes da língua de referência fora da área de abrangência da pesquisa e tais localidades sejam conhecidas, preencha o quadro em 1.1.1 (somente preencha este quadro se estiver seguro das informações fornecidas).

■ **Existem localidades onde há falantes da língua de referência, mas que estão fora da área de abrangência da pesquisa?**

Sim

Não

1.1.1 IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA CONHECIDAS FORA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

NOME DA LOCALIDADE	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	TIPO DO USO DO SOLO	ESTATUTO JURÍDICO DA LOCALIDADE
	----- (Lat. (X))	País:	<input type="checkbox"/> Urbano	<input type="checkbox"/> Unidade de conservação ambiental
	----- (Long. (Y))	Estado:	<input type="checkbox"/> Rural	<input type="checkbox"/> Terra Indígena
		Município:		<input type="checkbox"/> Território Quilombola
				<input type="checkbox"/> Localidade de litígio fundiário
				<input type="checkbox"/> Sem estatuto jurídico especial

1.2 LOCALIDADE(S) DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Preenchimento automático da(s) localidade(s) de ocorrência da língua de referência, conforme listados no Item 6.4 do Módulo de Identificação da Pesquisa (para a versão impressa, copie e cole na tabela abaixo a(s) localidade(s) onde foi identificada a língua de referência). Para inventários amplos, solicita-se o preenchimento do nome de cada localidade na língua de referência (quando houver).

Selecione, no espaço apropriado, as localidades que fazem parte da área correspondente à comunidade de referência da língua. Se a pesquisa não fez uma distinção entre comunidade linguística e comunidade de referência, todas as localidades deverão ser selecionadas. Compreende-se a comunidade de referência como os grupos sociais com os quais o inventário teve maior interação, resultando em ações de mobilização social e produção de conhecimentos mais consistentes. Conferir VOLUME 1, SEÇÃO 4, para obter maiores detalhes sobre essas noções.

Nome da localidade em Português	
Nome da localidade na língua de referência (se houver)	
Faz parte da área ocupada pela comunidade de referência da língua?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você considera que a língua está em risco nessa localidade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA LÍNGUA

2.1 PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA

■ Com relação à população falante da língua

Marque no quadro abaixo a opção adequada com relação à distribuição geográfica dos falantes da língua de referência.

Concentrada em uma área geográfica Dispersa em áreas geográficas descontínuas

■ Com relação ao padrão de residência em locais urbanos

Para cada linha, marque a opção adequada com relação à distribuição geográfica dos falantes da língua de referência em relação aos espaços rurais e urbanos.

- A comunidade linguística é majoritariamente rural e há poucos falantes em áreas urbanas
 A comunidade linguística é majoritariamente rural, mas há muitos falantes em áreas urbanas
 A comunidade linguística é majoritariamente urbana
 Há um movimento crescente de migração dos falantes para áreas urbanas
 Não há movimentos significativos de migração dos falantes para áreas urbanas

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA

Para todas as localidades na área da comunidade de referência, preencha as informações do quadro abaixo. Utilize um quadro para cada localidade. Utilize o mesmo nome para a localidade que foi utilizado no quadro 6.4 do módulo de identificação da pesquisa.

NOME DA LOCALIDADE	
Demografia Marque a resposta apropriada, ao lado, sobre a proporção do número de falantes vs. de não falantes (incluindo os que não se identificam com a língua de referência)	<input type="checkbox"/> População de falantes da língua é majoritária <input type="checkbox"/> População de falantes da língua é minoritária <input type="checkbox"/> População de falantes e não falantes é equilibrada (+ 50% para cada)
Temporalidade Marque a resposta apropriada, ao lado, sobre o tempo em que a comunidade linguística da língua de referência vive nesta localidade	<input type="checkbox"/> A comunidade reside há menos de 25 anos <input type="checkbox"/> A comunidade reside há menos de 50 anos e mais de 25 anos <input type="checkbox"/> A comunidade reside há menos de 75 anos e mais de 50 anos <input type="checkbox"/> A comunidade reside há menos de 100 anos e mais de 75 anos <input type="checkbox"/> A comunidade reside há mais de 100 anos
Infraestrutura Marque as respostas, ao lado (pode escolher mais de uma). Não responda se a localidade for urbana	<input type="checkbox"/> Possui rede de eletricidade <input type="checkbox"/> Possui atendimento permanente de saúde <input type="checkbox"/> Fácil acesso por meios de transporte a centros urbanos
Economia Marque a resposta apropriada, ao lado, sobre a fonte de renda/recursos das pessoas que vivem nesta localidade	<input type="checkbox"/> A população depende basicamente de recursos e/ou empregos locais <input type="checkbox"/> A população depende largamente de fontes de renda oriundas de outros locais
Observações:	

2.2.1 SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA

Sintetize as características sociais, culturais, geográficas, ecológicas e econômicas da área ocupada pela comunidade de referência da língua para a pesquisa. Ressalte quaisquer fatores de ameaça que possam colocar em risco os grupos sociais que vivam na área pesquisada. Caracterize as localidades de forma apropriada, buscando ressaltar as semelhanças e diferenças entre elas. Se a área de pesquisa for muito diversificada, caracterize essa diversidade.

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

CARACTERÍSTICAS ECOLÓGICAS

CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS SOCIOLINGÜÍSTICAS MARCANTES ENTRE AS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA

SÍNTESE DAS SITUAÇÕES DE RISCO PARA A COMUNIDADE LINGÜÍSTICA E A LÍNGUA

2.3 DADOS DO ACERVO DIGITAL SOBRE AS LOCALIDADES

Utilize este item para anexar / fazer o *upload* de arquivos que caracterizem as localidades de ocorrência da língua: fotos, vídeos, mapas de cada localidade, croquis, entre outros. Para cada *upload*, é necessário informar o nome da localidade, utilizando o mesmo padrão de apresentação das localidades no ITEM 6.4 do Módulo de Identificação da Pesquisa.

NOME DO LOCAL	ANEXAR/ FAZER UPLOAD DE DADOS DO ACERVO DIGITAL SOBRE AS LOCALIDADES

2.4 MAPA(S) DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA LÍNGUA

Apresente um ou mais mapas (esboço, croqui, entre outros) que represente(m) a distribuição geográfica da língua.

Anexar arquivo(s) ao formulário impresso / Fazer upload de arquivo(s)

COMUNIDADE LINGUÍSTICA

1. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

A comunidade linguística pode ser classificada como:

Selecione a classificação adequada para a comunidade linguística.

<input type="checkbox"/> Indígena	Identificar a(s) etnia(s)
<input type="checkbox"/> De imigração	Identificar país/região de origem
<input type="checkbox"/> Afro-brasileira	
<input type="checkbox"/> Outra. Explique	
<input type="checkbox"/> Não especificada	

2. POPULAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

2.1 POPULAÇÃO IDENTIFICADA NA PESQUISA (COMUNIDADE DE REFERÊNCIA)

Informe, em números absolutos, a população de indivíduos da comunidade de referência identificada pela pesquisa.

2.2 ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL

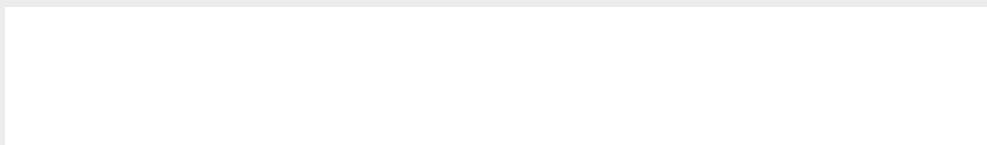
Informe, em números absolutos, a(s) estimativa(s) do total de indivíduos da comunidade linguística (da própria pesquisa e/ou outras pesquisas disponíveis).

3. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Para cada um dos subitens, produza um texto dissertativo que caracterize a comunidade linguística, com base nas questões propostas.

3.1 HISTÓRICO

Sintetize o contexto histórico da comunidade linguística, ressaltando os seguintes aspectos: **deslocamento geográfico** dos falantes (seu território atual e passado); eventos históricos que levaram os falantes a terem **contato com outras línguas**, além de outros aspectos e situações considerados pertinentes para este campo.



3.2 PRESENTE

Faça uma síntese sobre a comunidade linguística atualmente, procurando responder às seguintes questões: quem são os falantes da língua de referência? O que os caracteriza em termos sociais e culturais? Como se dá sua relação com grupos sociais vizinhos e com a sociedade brasileira (e, em alguns casos, com a sociedade de países vizinhos) como um todo?



IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

1. DENOMINAÇÕES

Em cada um dos quadros, inclua as denominações correspondentes para a língua de referência e observações dessas nomeações (caso haja). É interessante que os proponentes dos inventários utilizem-se dos quadros de observações para fazer análises mais detalhadas sobre essas nomeações, discutindo possíveis traduções para os termos, explicando etimologias, identificando termos pejorativos, entre outros. Compreende-se por autodenominação aquela que a comunidade linguística usualmente utiliza para se referir à língua de referência, o que pode ser diferente da denominação do grupo social. Em heterônimos estão contemplados nomes dados por pessoas de fora da comunidade: outros grupos, nomeação acadêmica, entre outros. As denominações de ampla circulação (ou seja, os termos mais comuns usados na sociedade para se referir à língua ou ao grupo social de falantes) e para inclusão no INDL (a ser definida em conjunto com a comunidade) podem coincidir desde que assim deliberado pela comunidade linguística e pelas equipes executoras dos inventários. Em geral, ambas também serão encontradas entre os termos de autodenominação ou heterônimos (consultar PARTE 2, SEÇÃO 3, para mais orientações sobre essa temática).

AUTODENOMINAÇÃO	
OBSERVAÇÕES Caracterizar os significados: traduzir, explicar etimologias, identificar termos pejorativos, entre outros.	
HETERÔNIMOS	
OBSERVAÇÕES Caracterizar os significados: traduzir, explicar etimologias, identificar termos pejorativos, entre outros.	

Denominação/denominações de ampla circulação, ou seja, nome(s) pelo(s) qual/quais a língua é mais conhecida (Poderá repetir denominações dos campos anteriores)	
OBSERVAÇÕES Caracterizar os significados: traduzir, explicar etimologias, identificar termos pejorativos, entre outros	
Denominação utilizada neste formulário e que foi aprovada por um corpo representativo da comunidade linguística (Poderá repetir denominações dos campos anteriores)	
JUSTIFICATIVA	
OBSERVAÇÕES Caracterizar os significados: traduzir, explicar etimologias, identificar termos pejorativos, entre outros	

2. MODALIDADE DA LÍNGUA

Selecione a opção adequada. As duas modalidades para a classificação das línguas de acordo com sua modalidade: Oral-auditiva – para as línguas cuja transmissão se dá primariamente a partir da oralidade, ou seja, pela comunicação verbal, e visuo-espacial – cuja transmissão se dá a partir de sinais manuais e não manuais, tais como expressões faciais e corporais.

modalidade oral-auditiva

modalidade visuo-espacial

3. HISTORICIDADE

3.1 A LÍNGUA É FALADA NO TERRITÓRIO NACIONAL HÁ PELO MENOS TRÊS GERAÇÕES?

Selecione a opção adequada. Caso a resposta seja não, explique no campo observações o histórico da presença da língua em território nacional.

sim

não

OBSERVAÇÕES

3.2 INDIQUE OS MARCOS TEMPORAIS QUE CARACTERIZAM A HISTÓRIA DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Os marcos temporais podem ser provenientes da história oral do grupo e/ou de documentação histórica. É importante que os inventários sejam explícitos sobre a fonte e natureza desses marcos. Os marcos temporais podem ser identificados por tópicos ou por um texto corrido, destacando os marcos temporais principais.

4. CLASSIFICAÇÕES DA LÍNGUA

Selecione a opção adequada e preencha os campos com as informações requeridas. As línguas deverão ser classificadas em: Afro-brasileira, Crioula (nesses dois casos indicar também as línguas que lhes deram origem), Língua isolada (quando não há línguas aparentadas vivas ou documentadas historicamente) ou ainda através de seu Tronco (se houver) e Família Linguística (é o caso da maior parte das línguas indígenas brasileiras assim como das línguas de imigração). Para mais orientações, consultar a PARTE 2, SEÇÃO 4.

<input type="checkbox"/> Língua Afro-brasileira	
<input type="checkbox"/> Crioula	
Indicar as línguas que lhe deram origem:	
<input type="checkbox"/> Língua isolada	
<input type="checkbox"/> Tronco (se houver)	
<input type="checkbox"/> Família Linguística	
Observação/caracterização adicional: Listar as línguas geneticamente mais próximas	
OBSERVAÇÕES GERAIS	

5. LÍNGUA E VARIEDADES

A discussão e o consequente estabelecimento do que é uma língua e do que são variedades de uma língua deverão ser feitos junto às comunidades linguísticas – especialmente devido ao caráter simbólico-político do reconhecimento patrimonial das línguas (para mais informações sobre o tema Língua e Variedades, consultar a SEÇÃO 4, do VOLUME 1 do Guia).

5.1 IDENTIFICAÇÃO DE LÍNGUAS E VARIEDADES

Responda a questão abaixo para línguas/variedades que possam ser interpretadas como sendo uma mesma língua com a língua de referência a partir dos critérios discutidos na SEÇÃO 4.3 do VOLUME 1 do Guia. Responda apenas com relação às línguas e variedades que são reconhecidas pela comunidade linguística. Identifique-as por meio de uma forma de denominação (autodenominação ou proposta sugerida pelo inventário) e classifique-as conforme as perguntas abaixo.

Utilize uma tabela nova para cada outra língua ou variedade.

Denominação da variedade/língua	
Localidades ou regiões onde é falada	
A equipe tem produzido dados e trabalhado com a comunidade de falantes dessa variedade/língua	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O levantamento considera esta variedade/língua como uma...	<input type="checkbox"/> Mesma língua com relação à língua de referência <input type="checkbox"/> Língua diferente com relação à língua de referência
Identificação sociolinguística	<input type="checkbox"/> Falada por um segmento social da comunidade linguística (como subgrupo, clã, falas de diferentes localidades do mesmo grupo social) <input type="checkbox"/> Falada por pessoas consideradas de outro grupo social pela comunidade linguística (como pessoas de origem histórica diferente, de outra etnia ou consideradas como outros povos ou tribos)
Grau de inteligibilidade: esta língua/variedade é	<input type="checkbox"/> 1-Totalmente inteligível com a língua de referência <input type="checkbox"/> 2-Quase totalmente inteligível <input type="checkbox"/> 3-Parcialmente inteligível (ou com sérias dificuldades de inteligibilidade) <input type="checkbox"/> 4-Não é inteligível com a língua de referência
Grau de percepção dos falantes	<input type="checkbox"/> 1-Falantes conseguem identificar algumas diferenças nas características de sotaque e léxico (ex. o Português do recôncavo baiano e o do interior de São Paulo) <input type="checkbox"/> 2-Falantes reconhecem diferenças mais perceptíveis de sotaque, léxico e gramática (ex. o Português do Brasil e o Português de Portugal) <input type="checkbox"/> 3-Falantes reconhecem algumas semelhanças, mas são bem mais perceptíveis as diferenças (ex. o Português e o Espanhol) <input type="checkbox"/> 4-Falantes conseguem perceber poucas semelhanças, mas em geral entende-se pouquíssimo ou quase nada, (ex. o Português e o Francês)
OBSERVAÇÕES:	

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS LÍNGUAS E VARIEDADES IDENTIFICADAS

No que concerne às línguas identificadas como uma **MESMA LÍNGUA** em relação àquela de referência, descreva os principais elementos estruturais que as diferencia (por exemplo, a fonologia segmental, a prosódia, o léxico, a morfologia, a sintaxe).

Utilize o quadro abaixo para identificar sucintamente tais elementos

No que concerne às línguas identificadas como **LÍNGUAS DIFERENTES** em relação àquela de referência, diga se há propostas na literatura especializada que tenham uma interpretação divergente, ou seja, que as classificam como variedades de uma mesma língua.

Utilize o quadro abaixo para identificar tais propostas e resumir seus argumentos

[] Não

[] Sim

Identificação e resumo das propostas:

5.3 DOCUMENTAÇÃO DA PESQUISA SOBRE LÍNGUAS E VARIEDADES

Faça o *upload* ou escreva no quadro abaixo o *link* dos arquivos que apresentem os principais instrumentos e produtos utilizados na documentação, levantamentos e discussão com a comunidade sobre línguas e variedades.

[Links para arquivos com dados de pesquisa\(s\) sobre línguas e variedades](#)

6. SITUAÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA

Nos itens apresentados a seguir, identifique a situação das línguas com relação a leis de oficialização e/ou patrimonialização existentes. Identificar línguas que tenham passado, estejam passando ou que ainda não foram objeto de leis de patrimonialização ou oficialização é uma importante ferramenta para se conhecer a diversidade desses instrumentos no território nacional e acompanhar as ações decorrentes desses processos, bem como sua efetividade.

6.1 OFICIALIZAÇÃO

Identifique, caso exista, o estatuto da língua com relação a leis de oficialização, utilizando-se das categorias propostas e indicando municípios e/ou estados dessas ações no primeiro quadro. No segundo, caracterize as leis existentes, identificando-as por meio de uma breve descrição e de seu número, data e local de publicação, além do *hyperlink* (caso esteja disponível na internet).

	UF	MUNICÍPIOS
<input type="checkbox"/> Língua Oficial		
<input type="checkbox"/> Língua em processo de oficialização		
<input type="checkbox"/> Língua não oficial		
Identificação das leis (breve descrição)	Nº do processo/publicação/hyperlink (se houver)	

6.2 PATRIMONIALIZAÇÃO

Identifique, caso exista, o estatuto da língua com relação a leis de patrimonialização, utilizando-se das categorias propostas e indicando municípios e/ou estados dessas ações no primeiro quadro. No segundo, caracterize as leis existentes, identificando-as por meio de uma breve descrição e de seu número, data e local de publicação, além do *hyperlink* (caso esteja disponível na internet).

	UF	MUNICÍPIOS
<input type="checkbox"/> Língua reconhecida como patrimônio		
<input type="checkbox"/> Língua em processo de reconhecimento patrimonial		
<input type="checkbox"/> Língua sem reconhecimento patrimonial		
Identificação das leis (breve descrição)	Nº do processo/ publicação/hyperlink (se houver)	

6.3 CARACTERIZAÇÃO DAS LEIS E ESTADO ATUAL DE REGULAMENTAÇÃO

Caracterize as leis de oficialização e patrimonialização, discutindo sua abrangência e estado atual de implementação. Indique também seu estado atual de regulamentação (caso já tenha sido feito), referindo o número dos processos e publicações, com breves descritivos e *hyperlinks* dos mesmos (se houver).

6.4 FAC-SÍMILES DOS DOCUMENTOS

Anexar ao formulário / fazer *upload* de documentos completos de cooficialização e patrimonialização

7. RECURSOS DOCUMENTAIS

Os recursos documentais estão divididos entre recursos na língua – quando a língua de referência é o principal código linguístico utilizado – e recursos sobre a língua – quando a língua de referência e a comunidade linguística são o tópico do documento feito em outra língua. Assim, os principais tipos de documentos listados na e sobre a língua são: *produção bibliográfica* (livros, panfletos, entre outros, incluindo materiais didáticos); *produção audiovisual* (documentários, filmes); *produção musical* (canções, entre outras) e *produções na internet* – que devem incluir todos os documentos listados e que estejam numa plataforma WEB, além de produtos únicos na internet, como *blogs*, *websites*, páginas em redes sociais, vídeos, entre outros.

7.1 PRODUÇÕES DOCUMENTAIS

Identifique e liste as principais produções documentais na e sobre a língua, incluindo, com a referência bibliográfica completa.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA LÍNGUA (INCLUINDO MATERIAIS DIDÁTICOS)

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A LÍNGUA (INCLUINDO MATERIAIS DIDÁTICOS)

PRODUÇÃO EM ÁUDIO E VÍDEO NA LÍNGUA

PRODUÇÃO EM ÁUDIO E VÍDEO SOBRE LÍNGUA

PRODUÇÃO MUSICAL NA LÍNGUA

PRODUÇÃO NA LÍNGUA DISPONÍVEL NA INTERNET

PRODUÇÃO SOBRE A LÍNGUA DISPONÍVEL NA INTERNET

7.2 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Selecionar e comentar as principais referências documentais na e sobre a língua

REFERÊNCIAS	COMENTÁRIOS

Anexar / Fazer upload de documentos digitalizados

7.3 DISPONIBILIDADE DAS PRODUÇÕES DOCUMENTAIS NA COMUNIDADE

Comente sobre a disponibilidade e acesso dos documentos identificados pela comunidade linguística. A pergunta básica seria “a comunidade tem acesso a essa documentação?”

8. PESSOAS DE REFERÊNCIA

Assim como os recursos documentais, identificar as pessoas de referência para as línguas é fundamental para se conhecer e subsidiar ações de valorização e promoção das línguas nas comunidades. Por isso, os inventários deverão identificar dois tipos principais de pessoas de referência para as línguas: FALANTES DE REFERÊNCIA e ESPECIALISTAS.

8.1 PRINCIPAIS FALANTES DE REFERÊNCIA

Identifique os principais falantes de referência da língua, como, por exemplo, sabedores, professores falantes da língua, autores, cantores/músicos, intelectuais/acadêmicos/especialistas membros da comunidade, entre outros. Liste os nomes e contatos dos principais falantes de referência, e, se possível, caracterize esses falantes, ou seja, informe com maiores detalhes quem são essas pessoas, sua trajetória de vida e o que as torna falantes de referência para a língua. Neste espaço também cabem registros audiovisuais desses falantes, a partir, por exemplo, da realização de entrevistas sobre diversos temas ou de curtas biografias de suas vidas contadas por eles mesmos.

LISTA DE NOMES/ CONTATOS	CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS	ANEXAR/ FAZER UPLOAD DE ENTREVISTAS/RETRATOS COM FALANTES DE REFERÊNCIA NO ACERVO DIGITAL

8.2 ESPECIALISTAS E DEMAIS PESSOAS ENVOLVIDAS EM PESQUISA E AÇÕES

Identificação de especialistas (linguistas, antropólogos, educadores) e outras pessoas envolvidas em pesquisas e demais ações de valorização e promoção do saber sobre a comunidade linguística e sua língua de referência. Os especialistas podem ser identificados entre pessoas de dentro ou de fora da comunidade. Devem ser identificados seus nomes, seus contatos (inclusive instituição a que pertencem) e uma lista sumária de atividades que realizam.

NOME	CONTATO(S)	É MEMBRO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA?	PRINCIPAIS ATIVIDADES QUE REALIZA
		<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim	

9. INSTITUIÇÕES

9.1 ESCOLA

A seguir, são propostas duas questões básicas para se avaliar a relação entre escola e língua: LÍNGUA COMO DISCIPLINA e LÍNGUA DE INSTRUÇÃO.

■ Professores e materiais didáticos

Selecione as opções que se aplicam à língua de referência

HÁ PROFESSORES QUE FALAM A LÍNGUA DE REFERÊNCIA?

- não
- sim, todos ou a maioria
- sim, mas há muitos professores que não falam a língua

HÁ MATERIAIS DIDÁTICOS NA E SOBRE A LÍNGUA DE REFERÊNCIA

- sim, em boa quantidade e/ou qualidade
- sim, mas existem ainda muito poucos e/ou de baixa qualidade
- não

OBSERVAÇÕES

■ Informações sobre escolas na comunidade de referência

Neste item, sugere-se o fornecimento de informações sobre todas as escolas situadas na comunidade de referência. As informações básicas são: nome da escola, localização da escola entre as localidades de ocorrência da língua, níveis escolares contemplados, se a escola tem programas especiais como intercultural, bilíngue ou “diferenciado”. Em seguida, pede-se que os proponentes dos inventários forne-

çam informações sobre em que língua ocorre a alfabetização, qual(is) a(s) língua(s) de instrução na escola, ou seja, qual a língua usada para se ensinar as diferentes disciplinas escolares, e se a língua de referência consta como uma disciplina escolar. Além de identificar se esse é o caso, deve-se indicar o nome da disciplina no currículo escolar, indicar para quais anos/séries a disciplina é oferecida e em qual/quais escola(s) e localidade(s) ela é ensinada, além de apresentar uma breve descrição sobre o que trata essa disciplina. Sugere-se utilizar o quadro de observações para inclusão de outras considerações pertinentes (consultar a PARTE 2, SEÇÃO 9.3, para mais orientações questões relativas à educação escolar).

Utilize uma tabela como esta para cada escola

Nome da Escola	
Local	
Níveis contemplados	<input type="checkbox"/> Ensino Infantil <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio
Possui educação intercultural, bilíngue ou diferenciada?	<input type="checkbox"/> Sim. Explique: <input type="checkbox"/> Não
Língua de Alfabetização	<input type="checkbox"/> Português <input type="checkbox"/> Língua de Referência <input type="checkbox"/> Outra. Explique:
Língua de Instrução	<input type="checkbox"/> A língua de referência é usada na instrução escolar <input type="checkbox"/> O Português é a única língua usada na instrução escolar <input type="checkbox"/> A língua de referência e o Português são usadas na instrução escolar
Língua como disciplina	<input type="checkbox"/> A língua de referência não é uma disciplina escolar <input type="checkbox"/> O ensino da língua de referência é na verdade de uma variedade padrão que não é a mesma falada pela comunidade (responda as questões abaixo) <input type="checkbox"/> A língua de referência é um disciplina escolar (responda as questões abaixo)
A partir de qual ano escolar?	
Até que ano escolar?	
Com que regularidade/frequência no ano escolar	
Breve descrição do que trata a disciplina	
OBSERVAÇÕES	

■ Contexto escolar. Identificar como está a situação atual das escolas

Classifique numa escala se a situação das escolas é favorável, indiferente ou desfavorável à promoção do uso da língua de referência na escola. A isso, segue-se um campo de justificativa: forneça outros detalhes não mencionados ainda e caracterize de modo geral a situação escolar.

Favorável à promoção do uso da língua de referência na escola

Indiferente à promoção do uso da língua de referência na escola

Desfavorável à promoção do uso da língua de referência na escola

Justificativa e caracterização (se houver) das situações desfavoráveis para a promoção da língua no contexto escolar

9.2 DEMAIS SERVIÇOS PÚBLICOS

Identificar quais são os serviços públicos que são oferecidos na língua. Marque quantas opções forem necessárias.

Saúde

Observações:

Prefeitura

Observações:

Outros

Observações:

9.3 OUTRAS INSTITUIÇÕES

Identificar se há e quais são as instituições que atuam no território da língua e se suas atividades apoiam o uso da língua de referência, quais são e de que maneira o fazem. Enfatizar os tipos de instituições que são vetores para a promoção da língua de referência. Identifique o tipo de organização, se ela é de dentro ou de fora da comunidade, e quais tipos de atividades ligadas à promoção da língua elas promovem.

	IDENTIFICAÇÃO (NOME E ENDEREÇO)	PROCEDÊNCIA	ATIVIDADES REALIZADAS	OBSERVAÇÕES
Associações representantes		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Organizações governamentais		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Organismos internacionais		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
ONGs nacionais		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
ONGs internacionais		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Religiosas/ missionárias		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Grupos/coletivos de cultura		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Outros		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		

9.4 ORGANIZAÇÕES QUE AMEAÇAM A LÍNGUA E A CULTURA DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Indicar se há, quais são e o que fazem as organizações que – na opinião dos proponentes do inventário – possam ser um fator de ameaça para a língua e para a cultura da comunidade.

INSTITUIÇÃO	O QUE TEM SIDO DESENVOLVIDO	CONSEQUÊNCIAS

DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO¹

Este módulo contém questões relativas à língua de referência e à comunidade linguística que se mesclam, de modo a caracterizar a língua em relação ao contexto sociolinguístico mais amplo da comunidade. Muitas das questões a serem discutidas envolvem técnicas de recenseamento linguístico ou, de modo mais geral, o que chamamos de levantamento demográfico.

1. FALANTES²

Nesta SEÇÃO são apresentados resultados ou estimativas da quantidade de falantes da língua de referência e de outras línguas, contando com uma breve caracterização dessas situações de contato entre línguas em nível individual: QUANTIDADE DE SUJEITOS MONOLÍNGUES (falantes de apenas uma língua, sendo essa a língua de referência ou outras), BILÍNGUES (falantes de duas línguas) e PLURILÍNGUES (falantes de três ou mais línguas).

1.1 NÚMERO DE FALANTES DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

Preencha o quadro, a seguir, com as informações requeridas sobre a quantidade de falantes das línguas de referência (em números absolutos). Quando a comunidade de referência for um recorte da comunidade linguística, preencher também a terceira coluna à direita (consultar orientações específicas sobre proficiência e definições de falantes na PARTE 2, SEÇÃO 2, deste Guia).

1. Este módulo contém várias questões que devem ser respondidas somente por inventários amplos, pois requerem aplicação extensiva e intensiva de técnicas de pesquisa, como o levantamento demográfico.

2. O VOLUME 1 do Guia traz as definições sobre os tipos de falantes e a PARTE 2, SEÇÃO 2, deste VOLUME traz instruções para a definição de proficiência linguística e sua correspondência aos tipos de falantes.

	NA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA (SOMENTE O QUE FOI CONTABILIZADO PELA PESQUISA)	NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA (UMA ESTIMATIVA TOTAL)
Número de falantes		
Nº de falantes parciais		
Nº de não falantes		

1.2 ESTIMATIVA DE INDIVÍDUOS MONOLÍNGUES NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Indique, em números absolutos, a estimativa para os falantes monolíngues, considerando as línguas faladas dentro da comunidade. Crie novas linhas para inserir novas línguas. Utilize o campo de observações para complementar as informações, bem como para discutir e/ou justificar as quantidades indicadas.

■ Qual a estimativa de falantes monolíngues?

	NA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA (SOMENTE O QUE FOI CONTABILIZADO PELA PESQUISA)	NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA (UMA ESTIMATIVA TOTAL)
Na língua de referência		
Em Português		
Nas demais línguas faladas no território		

OBSERVAÇÕES:

1.3 ESTIMATIVA DE INDIVÍDUOS BILÍNGUES NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Indique, em números absolutos, a estimativa para os falantes bilíngues na comunidade pesquisada em relação a cada uma das possibilidades indicadas a seguir (língua de referência + Português e/ou língua de referência + outra língua que não o Português). Utilize o quadro de observações para incluir informações adicionais e/ou para justificar/discutir as estimativas apresentadas.

■ Entre os falantes da língua de referência...

	NA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA (SOMENTE O QUE FOI CONTABILIZADO PELA PESQUISA)	NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA (UMA ESTIMATIVA TOTAL)
Quantos também falam Português?		
Quantos também falam uma outra língua? Informe a língua		

OBSERVAÇÕES:

1.4 CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE PLURILINGUISMO

Responda às questões a respeito de indivíduos plurilíngues nos campos a seguir.

■ Quantos são os indivíduos na comunidade que falam três ou mais línguas?

Utilize números absolutos para apresentar a estimativa.

NA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA (SOMENTE O QUE FOI CONTABILIZADO PELA PESQUISA)	NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA (UMA ESTIMATIVA TOTAL)

■ Quais são as línguas mais comuns faladas por indivíduos que dominam mais de duas línguas?

Indique as combinações de línguas em indivíduos plurilíngues mais frequentemente identificadas na comunidade.

2. AQUISIÇÃO

Aquisição é um tema que se desdobra em duas questões. A primeira diz respeito a que línguas são adquiridas como primeira ou segunda língua na comunidade. Apresente-as hierarquicamente e, se necessário, indique mais de uma língua na mesma posição. A segunda questão diz respeito às formas de aquisição da segunda língua pelos membros da comunidade (consultar a PARTE 2, SEÇÃO 6.2, para obter mais informações).

■ **Qual língua é mais comumente aprendida como PRIMEIRA LÍNGUA?**

Indique, se necessário, mais de uma língua em cada posição.

1) Língua

2) Língua

3) Língua

■ **Qual língua é mais comumente aprendida como SEGUNDA LÍNGUA?**

Indique, se necessário, mais de uma língua em cada posição.

1) Língua

2) Língua

3) Língua

■ **Para as línguas adquiridas como segunda língua.**

Preencha com as informações requeridas quanto à aquisição da segunda língua:

i) identifique a língua por meio de sua denominação;

ii) informe em que fase da vida ocorre a aquisição dela (por exemplo, na infância, na idade escolar, na fase adulta, entre outras); e

iii) em que situações sociais (onde e com quem) a língua é geralmente adquirida (em casa com os pais, nas ruas com amigos, na escola, entre outras).

Crie, se necessário, novas tabelas para incluir mais línguas.

LÍNGUA:	
Em que fase da vida dos indivíduos a língua é adquirida?	
Em que contextos sociais ela está sendo adquirida?	

■ **Há diferenças que podem ser notadas entre a aquisição da língua de referência em diferentes localidades investigadas?**

No quadro abaixo, identifique as localidades e em que os processos de aquisição da língua de referência se diferenciam.

3. TRANSMISSÃO

Esta SEÇÃO contém duas entradas distintas de dados: na primeira, são requeridos os números absolutos e o percentual de falantes fluentes, parciais e não falantes em cinco faixas etárias. A segunda questão é focada na transmissão da língua de referência, para a qual cada inventário indicará o grau correspondente dentre aqueles apresentados, além de uma breve justificativa para a seleção do grau (no quadro de observações).

3.1 TAXA DE TRANSMISSÃO

Com base em seu levantamento demográfico, indique os tipos de falantes para cada faixa etária em números absolutos e porcentagem. A SEÇÃO 5.5, do VOLUME 1 do Guia, traz algumas sugestões, caso a identificação da idade dos indivíduos seja um problema para certos inventários.

Faixa etária	FALANTES FLUENTES [1]		FALANTES COM PROFICIÊNCIA PARCIAL [2]		NÃO FALANTES [3]	
	Nº ABSOLUTO	PERCENTUAL	Nº ABSOLUTO	PERCENTUAL	Nº ABSOLUTO	PERCENTUAL
infância 0-12						
JUVENTUDE 13-25						
ADULTO I 26-40						
ADULTO II 41-60						
IDOSO +60						

3.2 GRAU DE TRANSMISSÃO DA LÍNGUA

Indique o grau de transmissão da língua marcando a opção adequada. Propomos quatro níveis para a transmissão da língua, definidos da seguinte maneira: i) estável; ii) em crise; iii) em retomada de crescimento; iv) interrompida. Utilize o quadro de observações para outras considerações, bem como para a discussão/ análise do grau selecionado (consultar PARTE 2, SEÇÃO 6.2, para mais orientações sobre os níveis).

<input type="checkbox"/> Estável
<input type="checkbox"/> Em crise
<input type="checkbox"/> Em retomada de crescimento
<input type="checkbox"/> Interrompido
OBSERVAÇÕES:

4. ESCRITA E LEITURA

4.1 SITUAÇÃO DE GRAFIAS NA LÍNGUA

4.1.1 IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE GRAFIAS

Identificar se a língua está atualmente sem grafia, se possui uma grafia ou se possui múltiplos modelos de grafias (e quantas).

<input type="checkbox"/> sem grafia (ágrafa)
<input type="checkbox"/> com uma grafia
<input type="checkbox"/> com múltiplos modelos de grafias. Quantas?

4.1.2 CARACTERIZAR AS GRAFIAS EXISTENTES

Deve-se produzir um diagnóstico sumário com base nas respostas às questões da tabela abaixo. Se houver mais de uma grafia, identifique cada uma com uma denominação única. Para cada grafia, utilize uma linha diferente da tabela.

Denominação da grafia	
Quem elaborou? Quando? Com que propósito?	
Está sendo usada na alfabetização? Quem a ensina? Onde?	
Quem a usa atualmente na comunidade?	
É relevante para que tipos de produtos escritos?	

4.1.3 CONTRASTAR AS GRAFIAS EXISTENTES

Utilize o quadro abaixo para contrastar as diferentes grafias, tanto de um ponto de vista sobre o sistema de representação gráfica da língua, quanto de eventuais problemas e demais diferenças entre elas.

--

4.2 TEXTOS ESCRITOS PRODUZIDOS PELA COMUNIDADE

Neste tópico estão contemplados diagnósticos sobre os tipos de textos produzidos na comunidade linguística, focando na língua de referência e no Português.

As pessoas da comunidade costumam escrever na língua de referência?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Quais tipos de textos?	
Há quanto tempo existe o uso da escrita na língua de referência pela comunidade?	<input type="checkbox"/> Há menos de 25 anos <input type="checkbox"/> Há mais de 25 anos e menos de 75 anos <input type="checkbox"/> Há mais de 75 anos
Pode-se dizer que existe uma tradição de textos escritos em diferentes gêneros discursivos na comunidade?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Comente a questão anterior se sua resposta for “sim”:	
As pessoas da comunidade costumam escrever em Português?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Quais tipos de textos?	

Comente sobre as principais diferenças entre a prática de escrita e leitura em Português e na língua de referência da comunidade.

4.3 PAISAGEM LINGUÍSTICA

Na tabela abaixo, responda à questão de múltipla escolha com relação à paisagem linguística nas localidades onde vivem seus falantes, ou seja, como se dá a presença de textos escritos expostos de forma visível e acessível nos principais ambientes de circulação pública na comunidade.

Quais são os principais tipos de textos escritos que costumam estar expostos na paisagem linguística das localidades de ocorrência da língua de referência	<input type="checkbox"/> Cartazes, faixas, <i>banners</i> e cartolinas <input type="checkbox"/> Letreiros em estabelecimentos públicos <input type="checkbox"/> Letreiros em estabelecimentos comerciais e privados <input type="checkbox"/> Placas de trânsito, de turismo ou outras formas de sinalização em vias de circulação pública <input type="checkbox"/> Inscrições em cemitérios, muros, edifícios, paredes, rochas, árvores, entre outros. <input type="checkbox"/> Outros. Explique: <input type="checkbox"/> Nenhum (não há textos escritos na língua de referência expostos publicamente)
--	--

4.4 PROFICIÊNCIA EM ESCRITA E LEITURA

Nas tabelas a seguir, indique a quantidade de indivíduos com relação às habilidades de leitura e escrita na **língua de referência** (a) e em **Português** (b). Assumimos três níveis de proficiência: pleno, parcial e nulo. Leitura e escrita devem ser avaliadas separadamente (consultar PARTE 2, SEÇÃO 2, para mais orientações sobre proficiência em escrita e leitura).

■ Língua de referência

NÍVEL DE PROFICIÊNCIA	LEITURA		ESCRITA	
	Nº ABSOLUTO	ESTIMATIVA EM RELAÇÃO À COMUNIDADE LINGUÍSTICA	Nº ABSOLUTO	ESTIMATIVA EM RELAÇÃO À COMUNIDADE LINGUÍSTICA
Pleno				
Parcial				
Nulo				
OBSERVAÇÕES				

■ Português

NÍVEL DE PROFICIÊNCIA	LEITURA		ESCRITA	
	Nº ABSOLUTO	ESTIMATIVA EM RELAÇÃO À COMUNIDADE LINGUÍSTICA	Nº ABSOLUTO	ESTIMATIVA EM RELAÇÃO À COMUNIDADE LINGUÍSTICA
Pleno				
Parcial				
Nulo				
OBSERVAÇÕES				

5. SITUAÇÕES DE USO³

5.1 LÍNGUA MAIS FREQUENTE

- Qual é a língua usada com mais frequência nas situações cotidianas na comunidade?

Marque mais de uma se necessário. Crie uma hierarquia no caso de mais de uma língua: comece com a mais frequente e termine com a menos frequente. Este item pode ser respondido com base em um levantamento demográfico ou por conhecimentos gerais de pessoas-chave e observação etnográfica.

1) Língua

2) Língua

3) Língua

5.2 SITUAÇÕES COMUNICATIVAS

Discuta as diferentes situações comunicativas cotidianas na comunidade linguística tomando como base os seguintes pontos:

- Qual língua é usada em cada situação?
- Qual o âmbito/local onde cada situação ocorre?
- Quais são os interlocutores (como quem se fala) em cada situação?
- Qual o meio de cada situação: *oral/sinal; escrito; eletrônico* (computador, internet, redes sociais, telefone celular, entre outros)?

[Anexar / fazer upload da documentação dos usos linguísticos cotidianos no acervo digital](#)

5.3 DINÂMICA DOS USOS DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

Para esta questão, classifique as situações de uso da língua de referência numa escala, conforme as definições a seguir, escolhendo a mais apropriada. Em seguida, no campo “Justificativa e detalhamentos”, preencha com breves informações sobre a escolha do grau, além de outras considerações e análises pertinentes ao tema (consultar PARTE 2, SEÇÃO 6, para mais orientações sobre esta temática).

3. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 6, para maiores orientações sobre esse tema.

Identifique como está a situação dos usos da língua de referência a partir de um dos níveis abaixo:

[4] Uso em expansão

[3] Uso estável

[2] Uso em retração

[1] Uso restrito

[0] Uso interrompido

Justificativa e detalhes:

- Crie um quadro adicional para o Português ou outra língua comunidade caso seja necessário.

5.4 USOS LINGUÍSTICOS ESPECIAIS DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA⁴

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS USOS ESPECIAIS

Identifique os tipos de usos especiais da língua de referência, ou seja, aqueles marcados por um valor cultural especial, destacados dos demais usos cotidianos na língua, devido ao fato de ocorrerem em domínios sociais especiais e implicarem em uma manipulação dos repertórios linguísticos de forma diferenciada (tipos de cantos, tipos de narrativas, tipos de diálogos cerimoniais, entre outros. Consulte a seção 6). Faça a identificação baseada na autoidentificação da comunidade. Indique o nome (crie um se necessário) para esse tipo de uso social, faça uma breve descrição das características formais e dos conteúdos expressos por esse tipo de uso e o domínio social no qual ocorre (onde/quando), como, por exemplo, em festas tradicionais, no ambiente privado ou público, entre outros.

NOME OU OUTRA FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DOS USOS LINGUÍSTICOS ESPECIAIS	BREVE DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS FORMAIS E DOS CONTEÚDOS DE CADA USO	SITUAÇÕES SOCIAIS ONDE TENDEM A OCORRER E PESSOAS QUE DOMINAM ESSA FORMA DE USO LINGUÍSTICO	ANEXAR / FAZER UPLOAD DE ARQUIVOS NO ACERVO

4. Consultar PARTE 2, SEÇÃO 6, para mais orientações sobre esta temática.

5.4.2 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS USOS LINGUÍSTICOS ESPECIAIS

Responda as questões a seguir para cada uso especial da língua, identificado na questão anterior.

USO LINGUÍSTICO ESPECIAL	QUAL A PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE CONHECEM ATUALMENTE ESSE TIPO DE USO?	QUAL A FREQUÊNCIA RELATIVA QUE AS PESSOAS PRATICAM ESSE TIPO DE USO LINGUÍSTICO?	COMO ESTÁ A TRANSMISSÃO DESSE TIPO DE USO LINGUÍSTICO?
	<input type="checkbox"/> Muitas pessoas <input type="checkbox"/> Poucas pessoas <input type="checkbox"/> Ninguém	<input type="checkbox"/> Menos do que antigamente <input type="checkbox"/> Mais do que antigamente	<input type="checkbox"/> Não há pessoas aprendendo <input type="checkbox"/> Há um número decrescente de pessoas aprendendo <input type="checkbox"/> Há um número crescente de pessoas aprendendo

UTILIZE O QUADRO ABAIXO PARA ESCLARECER A SITUAÇÃO ATUAL DOS USOS LINGUÍSTICOS ESPECIAIS

6. ATITUDES LINGUÍSTICAS DA COMUNIDADE

Nesta seção estão explícitas duas questões sobre atitudes linguísticas dos falantes frente à língua de referência, mas vale lembrar que tais questões estão dispersas por todo o formulário, já que essa é a natureza do tema. Nos dois itens a seguir, espera-se que seja apresentado e discutido como as línguas funcionam (ou não) como referência cultural, como elemento de distinção e marcador de identidade(s) do(s) grupo(s) (consultar a PARTE 2, SEÇÃO 7, para mais orientações sobre esse tema).

6.1 GRAU DE ATITUDES DOS FALANTES COM RELAÇÃO À LÍNGUA DE REFERÊNCIA

Selecione a opção mais adequada, conforme as categorias propostas. Utilize o quadro de observações para problematizar a escolha e apresentar outros detalhes acerca do tema.

<input type="checkbox"/> Extremamente Positiva	A comunidade tem a língua como um importante valor sociocultural e procura se organizar para garantir o fortalecimento e a expansão dos usos sociais da língua
<input type="checkbox"/> Positiva	A comunidade tem a língua como um valor sociocultural e gostaria de vê-la sendo transmitida para as novas gerações
<input type="checkbox"/> Indiferente	A língua não é uma questão importante para a comunidade
<input type="checkbox"/> Negativa	A comunidade não tem a língua como um valor cultural, e, em geral, é contra iniciativas para apoiar a transmissão da língua na comunidade
<input type="checkbox"/> Cindida	A comunidade encontra-se dividida: uma parte da comunidade tem uma visão positiva e outra uma visão negativa ou indiferente da língua
OBSERVAÇÕES	

6.2 ATITUDE EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS LÍNGUAS

Caracterize, em um texto analítico, sucinto, a atitude da comunidade linguística sobre a(s) outra(s) língua(s) falada(s) em seu território, incluindo o Português (caso essa língua seja falada). Mencione, quando possível, exemplos de situações de contato linguístico, como empréstimos, diglossias, *code-switching*, entre outros.

[Anexar / Fazer upload de entrevistas/reuniões com falantes de referência](#)

7. SÍNTESE

7.1 LÍNGUA DOMINANTE NO TERRITÓRIO DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

No momento atual, qual língua ou quais línguas a pesquisa identifica como dominante(s) para a vida cotidiana e valores culturais na comunidade, incluindo os fatores considerados nesse diagnóstico (aquisição, transmissão, usos, atitudes)? É possível estabelecer, nesse sentido, uma hierarquia entre as línguas?

Essa questão é uma síntese de todo o item “usos linguísticos”. Para responder essa questão, sugerimos que a relevância social da língua seja avaliada com base nos seguintes critérios: 1) Demografia; 2) Aquisição; 3) Domínios sociais; 4) Valor cultural (consultar PARTE 2 SEÇÃO 6, para mais orientações sobre esta temática).

1) Língua	
2) Língua	
3) Língua	
Justificativa:	

7.2 PANORAMA DAS LÍNGUAS EM CONTATO

No campo abaixo, apresente uma breve análise e discussão de como diferentes línguas coexistem na área de abrangência da pesquisa. Utilize como guia as questões abaixo, além de outras consideradas pertinentes.

- Há uma quantidade considerável de indivíduos bilíngues ou plurilíngues?
- As famílias nucleares e as comunidades tendem a ser multilíngues?
- Existe(m) língua(s) franca(s) para a comunicação entre os grupos?
- Como as diferentes línguas circulam nos espaços de convivência social na região?
- Há elementos linguísticos e/ou comportamentos verbais que ocorrem entre as línguas? Quais?
- Há línguas que estão em risco devido ao aumento no uso de outra(s) língua(s)?

AVALIAÇÃO DA VITALIDADE LINGUÍSTICA, REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO

Este módulo do formulário consolida o diagnóstico da vitalidade linguística e das ações existentes e futuras de valorização e promoção da língua.

1. AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO

Nos campos a seguir, identifique e caracterize ações de valorização e promoção da língua de referência já existentes e outras indicadas pela comunidade como demandas (consultar PARTE 2, SEÇÃO 9, para mais orientações sobre o tema).

1.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO

■ Identifique e caracterize as principais ações de valorização e promoção que a língua de referência possui atualmente.

No quadro a seguir, utilizando quantas linhas forem necessárias, identifique as ações de valorização ou promoção nas quais a língua de referência esteja envolvida atualmente ou que tenham ocorrido recentemente. Para tal, denomine a ação (como encontro de falantes, oficinas para elaboração de material didático, entre outras); os atores envolvidos, ou seja, quem participa dessas ações, como professores; agentes de saúde, entre outros, as atividades desempenhadas e demais observações pertinentes a essas ações.

DENOMINAÇÃO DA AÇÃO	ATORES ENVOLVIDOS	ATIVIDADES DESEMPENHADAS	OBSERVAÇÕES

1.2 PROPOSTAS DA COMUNIDADE PARA A SALVAGUARDA DA LÍNGUA

■ Identifique, em quantas linhas forem necessárias, as propostas da comunidade para a salvaguarda da língua, explicitando para cada uma delas a sua justificativa, seu nível relativo de prioridade em relação às demais demandas, as ações necessárias esperadas, os atores potenciais (quem seria mobilizado para tal iniciativa), as pessoas ou instituições a quem devem ser encaminhadas as demandas e demais observações pertinentes.

PROPOSTAS	JUSTIFICATIVA	PRIORIDADE	AÇÕES NECESSÁRIAS	PESSOAS OU INSTITUIÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS AS DEMANDAS	OBSERVAÇÕES
		<input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo			

2. VITALIDADE LINGUÍSTICA

A classificação das línguas na escala de vitalidade linguística deve seguir três passos básicos: 1) A determinação do índice de GRAU DE TRANSMISSÃO e DINÂMICA DOS USOS SOCIAIS DA LÍNGUA, critérios respectivamente primário e secundário; 2) A percepção da relevância dos critérios adicionais; 3) A indução do grau de vitalidade da língua com base numa interpretação dos critérios acima, bem como de demais fatores diagnosticados que possam ajudar a traçar um quadro prospectivo do futuro da língua. A combinação dos critérios primário e secundário definem *a priori* certas possibilidades de classificação das línguas, mas não são critérios absolutos. Conforme se vê na tabela a seguir, alguns graus são idênticos com relação aos critérios primário e secundário. Cabe às equipes executoras dos inventários interpretar os critérios adicionais para decidir o grau (mais ou menos) preciso em que a língua se encontra (consultar PARTE 2, SEÇÃO 10, para mais orientações sobre os níveis e critérios de classificação das línguas).

2.1 GRAU DE VITALIDADE DA LÍNGUA

Selecione a alternativa adequada para aferir o grau de vitalidade da língua de referência. Utilize a tabela a seguir para essa seleção.

<input type="checkbox"/> 6-Forte
<input type="checkbox"/> 5-Vulnerável
<input type="checkbox"/> 4-Ameaçada
<input type="checkbox"/> 3-Severamente ameaçada
<input type="checkbox"/> 2-Desaparecendo
<input type="checkbox"/> 1-Adormecida
<input type="checkbox"/> 0-Extinta
Observações:

GRAU DE VITALIDADE	CORRELAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS		
	TRANSMISSÃO DA LÍNGUA	DINÂMICA DOS USOS SOCIAIS DA LÍNGUA	ADICIONAIS
6-Forte	estável	em expansão	a) tamanho populacional para falantes nativos e potenciais b) graus de atitude c) situação escolar d) qualidade e quantidade de documentação sobre a língua e) falantes de referência outros...
5-Vulnerável	estável	estável	
4-Ameaçada	em crise ou em retomada de crescimento	em retração	
3-Severamente ameaçada	em crise ou em retomada de crescimento	em retração	
	interrompida	restrita	
2-Desaparecendo	interrompida	restrita	
1-Adormecida	interrompida	interrompida	há falantes potenciais em um bom número
0-Extinta	interrompida	interrompida	não há falantes potenciais

2.2 FATORES A QUE SE ATRIBUI O ATUAL ESTADO DE VITALIDADE DA LÍNGUA

Descreva, em um breve texto e analítico, os principais fatores a que se atribui o atual estado de vitalidade da língua.

ORIENTAÇÕES SOBRE TEMAS DE PESQUISA DOS INVENTÁRIOS

1. *Localidades de ocorrência da língua*

Nesta seção, será apresentado o modo de documentar as localidades de ocorrência da língua de referência, salientando como essas informações devem subsidiar a produção de mapas e a caracterização do território, além de também se referir a outras problemáticas dos diagnósticos sociolinguísticos.

1.1 PESQUISANDO AS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA

Tomando as localidades de ocorrência da língua como um tema de pesquisa, as informações básicas sobre cada um das localidades dentro da área de abrangência são as seguintes:

- **Nome do local:** o nome deve ser a denominação mais corrente, já consagrada em mapas ou na vida social da região onde ele está incluído. Os inventários amplos devem ainda apresentar o nome da localidade na língua de referência. Pesquisa em fontes secundárias e pesquisa de campo são os métodos recomendados.
- **Visita in loco:** indicar se houve visita à localidade por membros da equipe.
- **Coordenadas geográficas:** referenciar a localidade com base na sua latitude e longitude. As coordenadas podem ser identificadas pelo uso de aparelhos de GPS – preferível, sempre que as equipes executoras dos inventários visitem as localidades – ou por programas como GoogleEarth e QuantumGIS, entre outros – desde que as localidades possam ser identificadas a partir de fotografias aéreas.
- **Localização geográfica:** indicação das unidades administrativas onde essas localidades se situam: municípios, estados, terras indígenas, território quilombola e outros países.

- **Línguas faladas no local:** todas as línguas para as quais foram identificados falantes deverão ser listadas para cada uma das localidades de ocorrência das línguas. A identificação dessas línguas pode se dar com base na pesquisa com indivíduos, com a comunidade ou mesmo por fontes secundárias.
- **Número de falantes de cada língua identificada no local:** somente para inventários amplos. O uso de questionários individuais é o método mais recomendado. No entanto, é também possível obtê-lo com entrevistas a pessoas-chave e reuniões. Recomenda-se que fontes secundárias de informações sejam consultadas.
- **Identificação das localidades:** identificar as localidades que fazem parte do território da comunidade de referência da língua. Se a equipe do inventário conseguiu trabalhar com toda a comunidade linguística, então todas as localidades onde foi realizada a pesquisa devem ser identificadas como parte da comunidade de referência do inventário.
- **Aprofundamento da pesquisa sobre as localidades:** somente para inventários amplos. Essa pesquisa sobre cada localidade deve buscar responder questões mais específicas, as quais irão subsidiar uma interpretação holística do conjunto de localidades. As informações adicionais para os inventários amplos sobre cada localidade são as seguintes:

Tipologia da localidade: classificar a localidade com base num conjunto de parâmetros preestabelecidos, sobre uso do solo (rural ou urbano), estatuto jurídico, demografia, escola, tempo de ocupação, infraestrutura, economia, situação de risco da língua.

Características da área da comunidade de referência: caracterizar resumidamente a área onde reside a comunidade de referência com base nos parâmetros sociais, geográficos, econômicos, ecológicos e possíveis situações de risco para a comunidade linguística nessa área.

O **FORMULÁRIO** também pede que as equipes dos inventários identifiquem localidades fora da área de abrangência da pesquisa onde há falantes das línguas. Essa identificação é adicional, não sendo parte necessária do trabalho de pesquisa dos inventários, por estar fora de sua área de abrangência. No entanto, trata-se de uma informação relevante para trabalhos futuros. O uso de fontes secundárias de informações e entrevistas com pessoas-chave são os procedimentos mais recomendados para essa questão.

Existe ainda a possibilidade de serem incluídas localidades no território da língua onde não há falantes, por exemplo, lugares tradicionais, históricos e memoriais. Mas essa é uma questão secundária, em que se deve ter atenção sobre a conceituação do território.

1.2 LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA COMO UMA VARIÁVEL DOS DIAGNÓSTICOS

Como as localidades são uma variável importante para os diagnósticos sociolinguísticos, foi definido no Formulário um conjunto de parâmetros tipológicos para comparar as diferentes localidades. Além disso, sempre que a situação exigir, sobretudo para os inventários nos quais se encontram diferenças marcantes entre as localidades pesquisadas, outros indicadores sociolinguísticos devem ser cruzados com a variável de localidade, por exemplo, o número de línguas em diferentes localidades, o número de falantes, a proficiência linguística, a taxa de transmissão intergeracional, as dinâmicas de usos da língua, entre outros.

O espaço apropriado para essas diferenciações mais gerais e menos previsíveis sob um ponto de vista metodológico é o campo do formulário em que é solicitado às equipes um resumo sobre as características das localidades onde reside a comunidade de referência (módulo territorial, bem com o módulo de diagnóstico sociolinguístico).

1.3 DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA

Como uma forma adicional de se caracterizar as localidades de ocorrência das línguas, sobretudo as que estão na área da comunidade de referência da língua para a pesquisa, recomenda-se que sejam feitos registros audiovisuais dos mesmos. Esse registro deve trazer um panorama das principais características do meio ambiente, espaços sociais, atividades cotidianas, entre outros aspectos das comunidades. Sugere-se que fotos e vídeos que registrem as localidades também contenham pessoas da comunidade linguística. Nesse sentido, o registro das localidades pode estar relacionado com a documentação dos usos da língua – porém com um foco geral sobre a localidade.

1.4 MAPEAMENTO

Mapas devem ser produzidos obrigatoriamente para representar as seguintes unidades espaciais:

- Área de abrangência da pesquisa.
- Localidades de ocorrência da língua.
- Área que compreende as localidades da comunidade de referência.

Se houver no inventário uma *área focal de pesquisa*, essa também deverá estar mapeada.

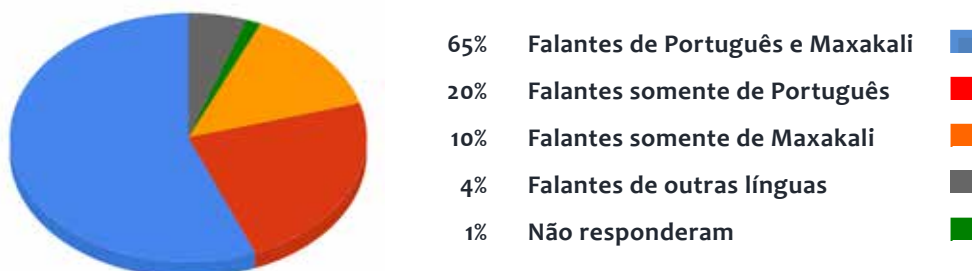
Os mapas devem também representar as unidades administrativas (municípios e estados), fronteiras e outras unidades territoriais relevantes, como terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação, entre outros.

Uma série de outras informações podem estar representadas nos mapas, sobretudo informações sociolinguísticas, como, por exemplo:

- Número de falantes em diferentes localidades.
- Escolas bilíngues.
- Localidades onde as crianças adquirem a língua de referência como primeira língua versus localidades onde isso não ocorre.
- Áreas dialetais.
- Diferentes níveis de proficiência linguística.

Nesses mapas, as localidades de ocorrência das línguas são apresentadas como pontos geográficos. A área da pesquisa pode ser representada por manchas, contornos territoriais, polígonos ou apenas pela representação diferenciada do que são localidades fora e dentro da área de abrangência da pesquisa, e localidades que são parte da área da comunidade de referência do inventário. Essa última opção é mais recomendada, pois evita impor fronteiras em dimensões espaciais que são, na verdade, mais fluidas.

Caso se queira representar múltiplas variáveis sociolinguísticas para as localidades de ocorrência da língua, sugerimos a sobreposição dos pontos que representam as localidades por gráficos de pizza, de modo a ilustrar a porcentagem de cada variável. Veja o exemplo abaixo:



Também é recomendado que se produzam mapas específicos sobre certas localidades, sobretudo aquelas dentro de uma área focal de pesquisa, mostrando a distribuição espacial das casas, acidentes geográficos, entre outros. Isso deve ser realizado para os diagnósticos linguísticos de localidades específicas e para se planejar o trabalho de pesquisa. É preferível que esses mapas sejam feitos em croquis desenhados à mão e depois digitalizados em formato JPEG.¹

¹ JPEG é a sigla de *Joint Photographic Experts Group*, método de compressão e formato de arquivo de imagens, desenvolvido por Eric Hamilton e bastante usado em sites da internet.

2. Falantes

Nesta seção, discutimos como se pode calcular o número de falantes, a população da comunidade linguística e os níveis de proficiência oral, mas também em escrita e leitura no inventário. A problemática teórica sobre este tema foi discutida na seção Falantes e outros membros da comunidade linguística, do VOLUME 1 do Guia.

2.1 DEFININDO A POPULAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Uma vez definido em termos culturais, sociais e linguísticos quem são as pessoas de uma comunidade linguística, devemos então saber como delimitá-la espacialmente e identificar o número de falantes.

Conforme discussão anterior em relação à territorialidade, é necessário que as equipes façam uma distinção entre localidades de ocorrência da língua da comunidade linguística como um todo e da comunidade de referência específica para cada inventário. Isso é o bastante para delimitar espacialmente a comunidade linguística na área de abrangência da pesquisa.

Todos os inventários devem incluir um cálculo da população da comunidade de referência. Para se calcular a população total da comunidade linguística deve-se proceder de duas maneiras:

- Identificar o número de falantes da língua
- Identificar o número de não falantes que têm a língua como um referencial cultural

Estender esse cálculo com base em estimativas e fontes secundárias para a comunidade linguística geral da língua é importante, porém não é obrigatório.

Uma vez que é preciso identificar quem são os falantes e os não falantes, é necessário aferir graus de proficiência oral dos indivíduos. Quando o levantamento sistemático, a partir de questionários individuais e levantamento demográfico, não for possível, sugere-se o uso extensivo do conhecimento de pessoas-chave da comunidade. Realizar reuniões, entrevistas com pessoas-chave e observação etnográfica, sobretudo por pesquisadores falantes, são os melhores caminhos para se avaliar quem são os falantes e qual seu número estimado. Na seção seguinte, são discutidas algumas técnicas mais específicas para se aferir graus de proficiência oral e tipos de falantes.

2.2 TIPOS DE FALANTES E NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA

Proficiência linguística é um dos itens mais delicados para a pesquisa. O ideal é que seja aferida junto aos levantamentos demográficos, e usando mais de um método, tais como os discutidos no final desta seção. A aplicação de mais de um procedimento pode ser feita em segmentos populacionais distintos, se necessário, mas é recomendável que mais de um método possa ser aplicado num mesmo segmento social. Em algumas comunidades linguísticas, aferir a proficiência da língua de referência pode ser desnecessário, pois, por meio da observação etnográfica, é possível perceber se ela é falada por todos os indivíduos. É interessante nesses casos, no entanto, aferir a proficiência linguística das pessoas em Português ou outra língua de contato que esse grupo social possa falar.

O VOLUME 1 do Guia define os seguintes tipos de falantes: falante fluente, falante com fluência parcial e não falante. Os tipos de falantes devem ser referenciados por níveis de proficiência linguística. Além dos tipos de falantes, que já implicam uma escala de competência linguística, entende-se que as equipes de pesquisa possam propor diferentes níveis de proficiência, dependendo da situação da língua inventariada. Por isso, nesta seção, destacamos algumas possibilidades de correspondências entre níveis de proficiência e tipos de falantes.

2.2.1 CORRESPONDÊNCIA ENTRE NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA E TIPOS DE FALANTES

Nos quadros a seguir, apresentamos algumas possibilidades entre níveis de proficiência e tipos de falantes que podem ser estabelecidos nos inventários. As possibilidades com mais de três níveis de proficiência criam ambiguidades entre certos tipos de falantes. Embora toda categorização possua fronteiras rígidas e não capture os níveis intermediários entre duas categorias, esperamos que as equipes dos inventários façam a interpretação dessas situações para cada língua sendo inventariada, levando em consideração os níveis de proficiência no universo de falantes na comunidade e as normas culturais da comunidade sobre o que se entende acerca de cada um desses níveis. As decisões interpretativas das equipes deverão constar no campo de observações do formulário e no relatório de pesquisa.

POSSIBILIDADE 1A

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Nível 1 – Fala e entende tudo	Falante fluente
Nível 2 – Fala e entende parcialmente	Falante com fluência parcial
Nível 3 – Não fala e não entende	Não falante

POSSIBILIDADE 1B

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Nível 1 – Consegue conversar e se expressar facilmente	Falante fluente
Nível 2 – Tem dificuldades para conversar e se expressar	Falante com fluência parcial
Nível 3 – Não consegue conversar ou se expressar na língua	Não falante

As **POSSIBILIDADES 1A** e **1B** expressam uma relação direta entre tipos de falantes e níveis de proficiência. A diferença entre os níveis de proficiência em **1A** e **1B** reside unicamente na concepção de proficiência: em **1A** temos um modelo baseado na produção *versus* percepção e em **1B** o modelo se baseia numa abordagem comunicativa.

POSSIBILIDADE 2A

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Nível 1 – Entende bem e fala bem	Falante fluente
Nível 2 – Entende bem e fala pouco	Falante parcial
Nível 3 – Entende pouco e fala pouco	Falante parcial / Não falante
Nível 4 – Não entende e não fala	Não falante

POSSIBILIDADE 2B

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Nível 1 – Consegue conversar e se expressar facilmente	Falante fluente
Nível 2 – Consegue entender conversas, mas não consegue se expressar facilmente	Falante parcial
Nível 3 – Entende algumas coisas que lhe falam, sabe algumas palavras e frases, mas não consegue estabelecer uma conversa	Falante parcial / Não falante
Nível 4 – Não consegue conversar ou se expressar na língua	Não falante

As **possibilidades 2A** e **2B** estabelecem 4 níveis, criando um nível intermediário entre falante parcial e não falante. Caberá às equipes decidirem se esse nível deve ser categorizado como falante parcial ou não falante. Se existe uma ética rígida sobre o “falar bem” na comunidade, é provável que essas pessoas sejam classificadas como não falantes. Se uma língua tem um número proporcionalmente reduzido de falantes fluentes, é interessante que as pessoas que estiverem no nível intermediário sejam reconhecidas como falantes parciais, pois eventualmente elas podem

ser importantes para processos de revitalização linguística. Por outro lado, se uma língua tem um número proporcionalmente alto de falantes fluentes, pode ser interessante reconhecer as pessoas desse nível intermediário como não falantes, pois isso é um indicativo importante de um declínio da vitalidade da língua.

POSSIBILIDADE 3

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Nível 1 – Fala e entende fluentemente a variedade mais conservadora da língua	Falante fluente
Nível 2 – Consegue conversar, mas apresenta certa insegurança no uso da gramática e do vocabulário em alguns contextos comunicativos	Falante fluente / Falante parcial
Nível 3 – Entende bem, mas não consegue se expressar facilmente	Falante parcial
Nível 4 – Entende algumas coisas que lhe falam, sabe algumas palavras e frases, mas não consegue estabelecer uma conversa	Falante parcial / Não falante
Nível 5 – Não consegue conversar ou se expressar na língua	Não falante

A **POSSIBILIDADE 3** ilustra um NÍVEL INTERMEDIÁRIO entre falante fluente e falante parcial. As mesmas orientações com relação à POSSIBILIDADE 2 se aplicam.

POSSIBILIDADE 4

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Nível 1 – Fala e entende fluentemente a variedade mais conservadora da língua	Falante fluente
Nível 2 – Fala e entende fluentemente, porém fala uma variedade menos conservadora do léxico e da gramática da língua	
Nível 3 – Consegue conversar, mas apresenta insegurança em alguns contextos comunicativos	Falante fluente / Falante parcial
Nível 4 – Entende bem, mas não consegue expressar tudo o que pensa	Falante parcial
Nível 5 – Entende algumas coisas que lhe falam, sabe algumas palavras e frases, mas não consegue estabelecer uma conversa	Falante parcial / Não falante
Nível 6 – Não consegue conversar ou se expressar na língua	Não falante

A **POSSIBILIDADE 4** apresenta 6 NÍVEIS com o intuito de suscitar uma divisão na classe de pessoas compreendidas como falantes fluentes. Isso é importante para os inventários nos quais sinais de mudanças linguísticas na fala de diferentes grupos sociais podem indicar declínio da vitalidade da língua.

POSSIBILIDADE 5

NÍVEIS GRADATIVOS

É possível categorizar membros da comunidade linguística na tipologia de falantes usando uma escala de proficiência linguística, na qual falar e entender são colocados como categorias distintas. A tabela, a seguir, apresenta uma escala em que a pessoa entrevistada deve ser classificada com base no grau atribuído à sua habilidade de falar e entender a língua.

	NÃO FALANTE		FALANTE PARCIAL			FALANTE FLUENTE	
Níveis	0	1	2	3	4	5	6
Falar							
Entender							

Esse tipo de escala permite uma definição mais refinada sobre “graus” de não falantes e falantes parciais. Falantes fluentes podem ser indicados pelos níveis mais altos da escala, ou apenas pelo mais alto.

Ao se utilizar essa abordagem, deve-se construir um entendimento claro com os entrevistados e pesquisadores do projeto sobre o que cada um dos níveis representa.

POSSIBILIDADE 6

NÍVEIS DE COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

Uma última possibilidade é a representação dos níveis de proficiência por situações comunicativas. Diversas situações comunicativas são apresentadas, das mais básicas às mais complexas, e o entrevistado deve responder qual o seu desempenho em cada uma das situações. O desempenho é medido em uma escala de três níveis. A classificação dos entrevistados na tipologia dos falantes se dá com base na soma da pontuação de cada resposta. Veja o exemplo a seguir:

	NÃO (0)	PARCIALMENTE (1)	SIM (2)
Sabe contar histórias e debater sobre assuntos relativos à cultura tradicional			
Ao pensar, pensa usando a língua			
Sabe expressar tudo o que pensa			
Sabe fazer relatos sobre acontecimentos passados, presentes e futuros			
Consegue conversar com os mais velhos			
Sabe falar sobre acontecimentos pessoais			
Sabe nomear animais e objetos			

Com base na tabela acima, um falante fluente terá pontuação mínima de 10 pontos; poderá responder *Não (0)* e *Parcialmente (1)* somente para as duas primeiras questões, e, para as demais questões, a resposta deverá ser *Sim (2)*. Já um não falante terá resposta máxima de 2 pontos; poderá responder *Sim (2)* somente para a primeira pergunta, ou *Parcialmente (1)* para as duas primeiras perguntas, as demais devendo ter *Não (0)* como resposta. Um falante parcial poderá ter uma pontuação mínima de 3 e máxima de 9. Veja a tabela abaixo com o resumo da pontuação de cada tipo de falante:

TIPO DE FALANTE	PONTUAÇÃO
Falante Fluente	10-14
Falante Parcial	3-9
Não falante	0-2

2.2.2 MANEIRAS DE SE AFERIR A PROFICIÊNCIA LINGUÍSTICA NOS INVENTÁRIOS

Existem procedimentos metodológicos bem específicos para se identificar e caracterizar o universo de falantes da língua. O uso de questionários individuais e levantamento demográfico são os mais eficazes, porém os mais complexos em sua execução. Para os inventários cuja área de abrangência da pesquisa seja muito extensa, as equipes deverão trabalhar com estimativas por amostragens. Para aqueles que tiverem uma área menor, poderão trabalhar com o levantamento populacional total.

No entanto, é sempre necessário que haja uma boa revisão de fontes secundárias de informação, de modo que as informações das pesquisas sejam apresentadas comparativamente a outras estimativas existentes. É indispensável poder contar também com informações a partir dos próprios falantes, o que pode ser feito por pesquisadores comunitários, entrevistas com pessoas-chave ou ainda observações etnográficas.

Entender as especificidades culturais é importante também para identificar o melhor método para se aferir a proficiência linguística tanto na língua de referência quanto nas demais. Há casos em que entrevistas ou questionários poderão se mostrar eficientes nesse quesito e há casos em que a autoavaliação da proficiência não se mostra eficaz e, por isso, faz-se necessária a aplicação de testes simples.

O Projeto-Piloto da Língua Wayoro estabeleceu seu modelo de medir a proficiência na comunidade da seguinte maneira: assumiu-se um sistema de 4 NÍVEIS definidos explicitamente.

- **NÍVEL 1:** Se conseguisse entender uma pergunta sobre coisas fora do ambiente imediato, era pelo menos alguém que entendia a língua.
- **NÍVEL 2:** Se conseguisse responder a pergunta com frases completas, era pelo menos um falante parcial.
- **NÍVEL 3:** Se conhecesse quase todas as palavras básicas e conseguisse determinar a gramaticalidade de frases, era um falante pleno.

- **Autodeclaração:** pedir que as próprias pessoas, ao serem entrevistadas, indiquem seu grau de proficiência na língua é o método mais rápido e fácil, porém é também o mais impreciso. Por ser o mais básico, sugerimos que todos os inventários o utilizem ao realizar o levantamento demográfico. No entanto, outros procedimentos devem ser usados. É necessário também entender as atitudes linguísticas das pessoas na hora de interpretar os dados. Antes de se realizar esse tipo de levantamento, é importante que a equipe investigue se na comunidade as pessoas tendem a supervalorizar ou a subvalorizar sua proficiência linguística.
- **Conhecimento geral de pessoas-chave:** pedir para que um membro da comunidade, que conheça bem o seu contexto social, forneça informações às pesquisas sobre a proficiência de certos indivíduos é outro método fácil e rápido. Esse método pode ser utilizado para complementar as respostas autoavaliativas de proficiência. Devem-se tomar os mesmos tipos de cuidados com a explicitação das categorias de proficiência e como devem ser feitas as avaliações por parte dessas pessoas. O ideal é que mais de uma pessoa-chave seja consultada de modo a comparar diferentes perspectivas e evitar que a visão de uma única pessoa prevaleça. Apesar de ser um método fácil, há alguns riscos na sua aplicação, como, por exemplo, pode ocorrer uma disputa política entre grupos ou famílias sobre o processo do inventário, e as respostas refletirem esse quadro. Ou ainda pode haver variedade linguística em disputa e o julgamento pode ser feito a partir da variedade defendida por cada um. Assim, esse é um método bastante complicado e as pesquisas não podem ignorar isso.
- **Pesquisador-falante:** em entrevistas ou levantamentos demográficos, um pesquisador-falante pode rapidamente identificar o nível de proficiência dos indivíduos. Um exercício prévio que as equipes devem realizar é definir junto aos pesquisadores-falantes o que se entende nos inventários e nas comunidades pelos parâmetros que indicam os níveis de proficiência. Para esse procedimento, deve-se tomar as mesmas precauções apresentadas em relação à técnica aplicada a pessoas-chave.
- **Testes de proficiência:** A ideia é ter um teste padronizado mais objetivo para aplicar em um grupo amplo de indivíduos. Os testes devem corresponder aos graus de proficiência definidos na seção anterior. As equipes podem preparar textos, frases e outros estímulos nas línguas para a pesquisa sobre proficiência. Esses testes podem ser utilizados para medir diretamente a proficiência de uma grande parte da população, ou, se mais limitados, apenas para referenciar, num grupo de amostra, o que os outros métodos têm revelado sobre proficiência. Os testes podem ser aplicados em módulos distintos, dependendo do tipo de conhecimento linguístico que está sendo colocado à prova (por exemplo, conhecimento do léxico, da gramática e do discurso), bem como da habilidade específica, ou seja, compreensão (entender) e produção (falar).

2.2.3 DOIS EXEMPLOS

Nesta seção, são discutidos dois exemplos de como se testar a proficiência linguística da comunidade linguística. Os exemplos são provenientes de dois projetos-piloto do INDL: um da língua Asuriní e outro da língua Wayoro. Nos dois projetos houve a colaboração de pesquisadores-falantes da comunidade para se aferir o nível de proficiência na língua.

O projeto da língua Asuriní mediu a proficiência da comunidade com relação ao Português e ao Asuriní. Para a língua indígena, foi proposta uma escala de seis níveis de proficiência, bastante similar à POSSIBILIDADE 5, apresentada anteriormente. Para o Português, a escala escolhida foi de quatro níveis. A primeira etapa dessa tarefa foi checar dados secundários de levantamentos anteriores. Na segunda etapa, atualizou-se o questionário de campo, inserindo novas variáveis sociolinguísticas. Na terceira etapa, como nos explica Aquino (2010, p. 76), “procedeu-se à obtenção de dados sobre proficiência linguística, a partir do julgamento de conhecedores da [língua indígena] na faixa entre 20 e 40 anos”. A quarta etapa teve o mesmo procedimento, porém incluindo conhecedores da língua indígena na faixa entre 41 e 70 anos. Todos os dados de todas as etapas dessa pesquisa foram registrados em Excel. Isso ajudou no cruzamento dos dados encontrados.

O projeto da língua Wayoro ou Ayuru assumiu quatro níveis de proficiência: 1) Fala tudo; 2) Fala razoavelmente; 3) Entende, fala pouco; 4) Não entende nem fala. A metodologia, as questões e as categorias foram formuladas, testadas e revisadas quatro vezes. A participação de pesquisadores indígenas permitiu que o projeto aferisse a proficiência de pessoas na comunidade com base no conhecimento dos pesquisadores. A avaliação de proficiência foi feita por dois assistentes indígenas independentes e os resultados foram muito parecidos, com diferenças máximas de um grau (por exemplo, uma pessoa foi considerada falante razoável por um assistente, mas falante pleno por outro). Os dados foram comparados com dados produzidos por um outro assistente e, ainda, verificados por testes, tais como autodeclarações e gravação de listas de palavras.

3. Denominações

Denominar línguas, pessoas e coisas em geral é, reconhecidamente, um terreno propício para tensões culturais, sociais e políticas. Se, para alguns grupos sociais, suas línguas não são explicitamente nomeadas, para outros a nomeação da língua é uma maneira de marcar as diferenças identitárias e linguísticas frente a outros grupos. Denominar uma língua é, ao mesmo tempo, um reflexo e uma forma de ação sobre as relações e os valores culturais de um grupo social.

As diferentes denominações das línguas carregam, portanto, as marcas das relações históricas e sociais dos falantes frente a diferentes grupos. Assim, uma das finalidades principais dessa seção é a definição, junto à comunidade linguística, da denominação a ser usada para a inclusão da língua no INDL. Como parte do processo de identificação da língua, deve-se também listar as denominações de ampla circulação, ou seja, os termos mais comuns usados na sociedade para se referir à língua ou ao grupo social de falantes.

As denominações para a inclusão no INDL e as de ampla circulação podem coincidir, obviamente, desde que assim deliberado pela comunidade linguística e pelas equipes executoras dos inventários. Ambas serão, em geral, encontradas entre os termos de autodenominação (nomes usados pela própria comunidade linguística para se referir à língua ou a seu grupo social) ou heterônimos (nomes dados por pessoas de fora: outros grupos, nomeação acadêmica, entre outros). Os inventários devem fazer análises mais detalhadas sobre essas nomeações, discutindo possíveis traduções para os termos, explicando etimologias, identificando termos pejorativos, entre outros.

COMO SUGESTÕES PRÁTICAS PARA O TRABALHO DOS INVENTÁRIOS, LISTAMOS AS SEGUINTE:

- **Reuniões comunitárias.** Essenciais para se definir a denominação a ser incluída no INDL, mas também para a pesquisa de outras denominações. Para se deliberar sobre a denominação para a inclusão no INDL, deve-se apresentar à comunidade as diversas denominações da língua e de suas variedades, incluindo autodenominações e heterônimos, e, assim, buscar um consenso ou opção majoritária.
- **Entrevistas com pessoas-chave.** Sugerimos entrevistas com pessoas-chave para se produzir dados sobre autodenominações e heterônimos. Caso as reuniões não sejam uma opção viável para se definir a denominação para a inclusão no INDL, um conjunto de entrevistas com pessoas-chave pode ser a melhor opção.
- **Questionários individuais.** Como parte do diagnóstico sociolinguístico (consultar VOLUME 1 do Guia), os inventários podem incluir itens relativos às denominações, caso estas sejam um fenômeno por si só de variação sociolinguística.
- **Pesquisa em fontes secundárias.** Para se investigar autodenominações historicamente registradas, mas, sobretudo, os heterônimos e os termos de ampla circulação.
- **Documentação audiovisual.** Útil, sobretudo, para registrar as reuniões e entrevistas sugeridas nesta lista.

4. *Classificação genética*

A classificação genética das línguas e de suas variedades internas é um aspecto importante para se conhecer a diversidade linguística. Ela é um fundamento para se entender os agrupamentos linguísticos e socioculturais numa dimensão histórica profunda, bem como para se entender os processos de diversificação das línguas e as relações históricas de contato entre elas. Ao mesmo tempo, saber quais são as línguas mais proximamente aparentadas pode ser um recurso de grande importância para ações de salvaguarda de línguas adormecidas e que estão desaparecendo².

Há distinções entre as línguas classificadas em famílias, as línguas formadas em relações de contato linguístico (como Crioulas e Afro-brasileiras) e as línguas isoladas. Línguas classificadas em família estão relacionadas geneticamente a outras línguas. A demonstração de parentesco linguístico se dá pelo método histórico-comparativo, utilizado pela Linguística Histórica, que analisa as similaridades entre línguas e aponta para correspondências regulares entre formas (sons, morfemas, entre outros) e significados.

Nesse sentido, no caso de línguas classificadas como pertencentes a famílias linguísticas, é necessário indicar no formulário correspondente o nome da família e seu tronco linguístico – que é uma unidade genética que inclui, ao menos, uma família linguística e outras línguas geneticamente mais distantes.

As línguas isoladas são também conhecidas como línguas que pertencem a famílias linguísticas de uma só língua. Ou seja, são línguas para as quais a aplicação do método histórico-comparativo não revela nenhuma outra língua (ainda falada ou documentada historicamente) que possa estar geneticamente aparentada a ela.

Línguas Afro-brasileiras, por sua vez, foram formadas a partir do contato entre a língua portuguesa e línguas africanas. As línguas Crioulas foram formadas a partir de uma língua africana e/ou indígena e uma língua de colonização, como o Francês, o Português, o Inglês, por exemplo. Tanto as línguas Afro-brasileiras quanto as Crioulas são formadas historicamente em situações específicas de contato linguístico, apresentando similaridades com suas diferentes matrizes linguísticas, mas também outros traços linguísticos independentemente desenvolvidos. Como são línguas de contato, deve-se identificar as línguas que lhe deram origem e a região do contato linguístico onde elas se desenvolveram.

Devido à complexidade dos métodos comparativos em linguística, sugere-se que as equipes executoras dos inventários façam pesquisa em fontes secundárias para expor as propostas preexistentes de classificação genética da língua. O Censo IBGE 2010 (BRASIL, 2012) traz uma proposta de classificação das línguas indígenas, mas não de línguas de imigração, de sinais, entre outras. Caso haja controvérsias irresolvíveis ou caso não haja estudos comparativos sobre a língua, sugere-se que as equipes dos inventários proponham uma classificação original para a língua.

Em todo caso, as equipes devem buscar profissionais capacitados para realizar estudos dessa natureza, que requerem questões metodológicas complexas. Exis-

2. Consultar essas noções na SEÇÃO 6.

tem propostas de classificação genética e relações de contatos linguísticos de diferentes matizes. Algumas são mais sólidas, outras ainda em processo de averiguação, enquanto outras não apresentam evidências suficientes que possam sustentá-las.

5. Língua e variedades

Como antecipamos nos “Conceitos Estruturantes”, apesar das dificuldades que descreveremos a seguir, fazer um trabalho junto às comunidades linguísticas para se definir quais são as línguas e suas variedades será uma das mais importantes contribuições do INDL. Nesta seção, vamos apresentar como a distinção entre línguas e variedades não está baseada em dimensões claramente definíveis, especialmente para casos de línguas minoritárias, em que uma eventual ausência de tradição histórica na definição do que é uma língua *versus* suas variedades internas exige um olhar reflexivo apurado.

Antecipamos no VOLUME 1 do Guia que a linguística reconhece que língua é um conceito baseado numa abstração em dois níveis: a) o nível sistêmico, referente à língua enquanto um sistema baseado num conjunto de normas, signos e convenções sociais que substancia a comunicação entre indivíduos e grupos sociais e b) o nível simbólico-político, referente aos valores socioculturais, políticos e ideológicos, construídos historicamente e que definem uma língua *versus* outras línguas ou uma língua que abarca diversas variedades internas (dialetos, sotaques, entre outras). Nas seções a seguir discutiremos cada um desses níveis e suas implicações.

5.1 DIFICULDADES DO NÍVEL SISTÊMICO

Línguas como um sistema de comunicação são uma abstração, não existem de forma concreta. O concreto de uma língua, isto é, os diálogos, os textos escritos, a língua usada por indivíduos e por coletividades, por exemplo, não são uma única coisa, mas sim, manifestações das diversas variedades e variações de uma língua. Ninguém fala “Português”, por exemplo, mas antes fala uma forma – uma variedade – do Português.

Línguas possuem variedades distintas por diferentes razões, como variedades regionais (diatópica), sociais (diastrática) e de estilo (diafásica); as variedades são múltiplas, diferentes de indivíduo para indivíduo, de grupos sociais para grupos sociais, de contextos socioculturais para contextos socioculturais. Sociolinguistas reconhecem há tempos que, de fato, os falantes não dominam um sistema, mas vários sistemas linguísticos, de acordo com as diferentes situações comunicativas em sua sociedade, semelhantemente, numa escala diferente, a falantes bilíngues que dominam duas línguas distintas e as empregam em situações comunicativas específicas.

No nível sistêmico não existem critérios claros para se distinguir língua e variedades de uma língua. Segundo a dialetologia moderna (o estudo das variedades de

uma língua no tempo, no espaço e na sociedade), há parâmetros estruturais para se demonstrar como uma variedade é sistemicamente diferente de outra em questões relacionadas ao léxico, fonologia, morfologia, sintaxe, pragmática, entre outras, portanto, não há um só parâmetro estrutural que seja suficiente para motivar uma distinção objetiva entre o que é uma língua *versus* variedades de uma língua.

5.2 INTELIGIBILIDADE MÚTUA

O conceito de inteligibilidade mútua, isto é, a possibilidade de indivíduos e grupos sociais falantes de variedades/línguas distintas poderem se compreender mutuamente, talvez seja o critério mais objetivo para definir se duas ou mais variedades pertencem à mesma língua. Se há inteligibilidade, fica implícita a existência de um nível satisfatório de similaridades estruturais e práticas comunicativas mais ou menos compartilhadas entre as diferentes variedades linguísticas. Não há somente um fator estrutural que determine inteligibilidade mútua, mas sim um conjunto de fatores, do léxico à fonologia, da morfologia à sintaxe e ao discurso.

No entanto, mesmo o conceito de inteligibilidade mútua não é algo absoluto. Primeiramente, ele não é um critério que se aplique somente a variedades de uma só língua, pois podemos falar de graus de inteligibilidade entre línguas diferentes (por exemplo, entre Português e Espanhol, Alemão e Holandês). Em segundo lugar, inteligibilidade é melhor definida como um fenômeno relativo, devido aos seguintes pontos:

- **Ausência de fronteiras claras:** é possível que o que se define em certos casos como línguas distintas sejam mutuamente inteligíveis ou parcialmente inteligíveis;
- **Gradabilidade:** algumas variedades de uma mesma língua são mais mutuamente inteligíveis entre si do que outras variedades³;
- **Assimetria:** pode ser mais fácil para falantes de uma língua/variedade X compreender falantes de uma língua/variedade Y do que o contrário;
- **Atitudes:** compreender uma variedade não é algo apenas passivo, algo dado, mas pressupõe que as pessoas queiram se compreender, de modo que disposições culturais, pessoais e ideológicas podem determinar se indivíduos e grupos se compreendam ou não.

Além desses quatro pontos, questões individuais devem ser levadas em conta. Uma pessoa que em sua vida teve maior convivência com falantes de outras variedades tem maior facilidade de compreender essa variedade do que outra pessoa com pouca ou nenhuma convivência com falantes dessa variedade. Nesse sentido,

3. Isso é mais acentuado em casos classificados como um “contínuo dialetal”, em que variedades geograficamente próximas tendem a ser mais mutuamente inteligíveis do que variedades geograficamente mais distantes.

costuma-se falar em inteligibilidade inerente (quando um indivíduo pode entender uma variedade/língua sem nunca ter tido contato com ela) e inteligibilidade adquirida (quando um indivíduo consegue compreender uma variedade/língua a partir de sua vivência com outros indivíduos falantes dessa variedade/língua).

Existem casos em que línguas distintas são altamente inteligíveis entre si. O caso mais notório é o das línguas escandinavas – Norueguês, Sueco e Dinamarquês – além de línguas eslavas como o Eslovaco e o Tcheco, e o Sérvio e o Croata. Ao mesmo tempo, o caso contrário também ocorre, em que o que é classificado como variedades internas de uma língua possui graus menores de inteligibilidade mútua, como as variedades do Alemão e, mais dramaticamente, o Árabe e o Chinês (por exemplo, Mandarim versus Cantonês). Isso demonstra que os conceitos de língua e variedade são comumente utilizados por razões históricas, políticas e culturais, para reforçar um ideal de homogeneidade e assimilação, ou de heterogeneidade e dissimilação.

Existem diferentes metodologias para se testar e até quantificar níveis de inteligibilidade mútua entre línguas/variedades. No entanto, ao mesmo tempo em que linguistas divergem com relação aos critérios mais apropriados para se avaliar inteligibilidade mútua, não existe um índice objetivo para se traçar uma linha definidora entre o que seria uma língua ou uma variedade. Cada metodologia produz seus índices e esses índices não são absolutos, pois, como vimos, o próprio conceito de inteligibilidade mútua também não o é.

5.3 O NÍVEL SIMBÓLICO-POLÍTICO

Como vimos, não há critérios científicos absolutos para se determinar o que é uma língua *versus* uma variedade. No contexto de Estados-Nação, língua é um conceito flexível, utilizado de diferentes maneiras de acordo com diferentes objetivos.

Língua é um conceito absoluto que inclui variedades. Por isso, pode-se dizer “variedades de uma língua”, mas não “línguas de uma variedade”. E, se toda língua é uma variedade, nem toda variedade é uma língua, no sentido simbólico-político. Mas como isso se dá nos contextos de línguas minoritárias?

Como parte dos sistemas socioculturais, conceitos como línguas e variedades são constantemente usados para se referir às relações de identidade para dentro e para fora de um grupo social. O uso politicamente variável desses termos está a serviço dos esforços assimilatórios ou dissimilatórios de grupos sociais e Estados. Falantes estão atentos a diversos componentes sistêmicos da linguagem que referenciam semelhanças e diferenças entre pessoas e grupos sociais. Isso abrange elementos nos níveis da prosódia, da fonologia segmental (vogais e consoantes), do léxico, da morfossintaxe e da pragmática discursiva, incluindo inteligibilidade mútua. No entanto, salvo quando a ausência de inteligibilidade mútua claramente opõe duas variedades como línguas distintas para os próprios

falantes, é, em geral, problemático interpretar se as diferenças sistêmicas notadas por falantes de línguas minoritárias correspondem a diferenças entre língua ou entre variedades.

Em geral, tais elementos do nível sistêmico são tomados como evidências tautológicas de diferenças no plano sociocultural. Às vezes, as atitudes socioculturais são tão marcadas para reforçar ideais de autonomia e/ou dissimilação identitária a outro grupo social que elas determinam a percepção que os grupos sociais têm sobre suas línguas. Assim, temos vários exemplos em que diferenças sociais são acompanhadas por um discurso que referencia diferenças linguísticas – por mais que as variedades/línguas sejam mutuamente inteligíveis⁴. No entanto, o contrário também ocorre, em que diferenças no nível social não comprometem o reconhecimento pelos falantes de uma língua comum para diferentes grupos sociais⁵.

Assim, por mais que o pesquisador diagnostique que tal caso corresponda a variedades de uma mesma língua com base em critérios sistêmicos e de inteligibilidade mútua, não se pode perder de vista a dimensão simbólica das línguas.

Como salientado no início desta seção, a distinção entre línguas e variedades é fruto de negociações entre pessoas. Isso não é de fácil resolução e exige que as equipes executoras do inventário e as comunidades linguísticas estejam em total diálogo e transparência com relação aos fundamentos e às consequências da definição de línguas e variedades. Por isso, questões do nível sistêmico, inteligibilidade mútua e fatores identitários, históricos e simbólico-políticos devem ser considerados em conjunto dentro do processo de pesquisa e deliberações nos inventários.

5.4 IDENTIFICAÇÃO DE VARIEDADES LINGUÍSTICAS

Neste tópico, apresentamos alguns procedimentos metodológicos para a identificação de línguas e variedades referentes às três dimensões principais dessa problemática: o nível sistêmico, a inteligibilidade mútua e o nível simbólico-político. Os procedimentos dão conta desses níveis em separado. Eles poderão servir como subsídios para uma discussão sobre essa questão que, em última instância, deverá ser decidida a partir de negociações envolvendo pesquisadores e comunidades linguísticas. Além disso, os proponentes de inventários amplos deverão responder de forma mais sistemática para embasar o que estão classificando, com relação à língua de referência, como variedades de uma mesma língua ou línguas diferentes. Por isso, esses e outros procedimentos são de especial importância para esse tipo de investigação.

4. Como o caso das línguas escandinavas.

5. Como o caso do Alemão falado na Suíça, Áustria e Alemanha.

Muitas vezes, quando um falante diz “esse outro grupo fala diferente da gente”, deve-se perceber se “o diferente” pertence a um ou mais níveis de análise que o formulário propõe:

- **Elementos estruturais:** as diferenças existem com relação a elementos estruturais no nível da fala, isto é, como variedades de uma mesma língua.
- **Questões sociais:** diferenças com relação ao grupo social, isto é, os falantes da língua/variedade diferente são parte de um mesmo ou de um outro grupo social?
- **Grau de percepção da variação:** os falantes da língua de referência conseguem atribuir graus de diferenciação entre as variedades/línguas?
- **Grau de inteligibilidade:** em que medida os falantes da língua de referência conseguem compreender os falantes de outras línguas/variedades?

Os métodos para se testar a diferença entre língua e variedade, a serem discutidos a seguir, foram coletados junto a diversos trabalhos, como os do Instituto Linguístico de Verão (ILV, cf. CASAD, 1974; BLAIR, 1990; DECKER; GRUMMIT, 2012), do Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI, do México) e os projetos-piloto do INDL. De modo geral, as possibilidades de medir diferenças entre línguas e variedades são arbitrárias e dizem respeito a cada um dos métodos em particular. Algumas são baseadas em escalas, outras em porcentagens.

5.4.1 LISTAS DE PALAVRAS

Listas de palavras são uma forma simples e objetiva de se levantar variação linguística para os níveis lexical, semântico e fonético-fonológico. Podem ser empregadas tanto a lista Swadesh-100, quanto as demais listas de vocabulário básico, ou mesmo outras listas de vocabulários específicos. Variação no vocabulário básico é visto como algo mais significativo para demonstrar o distanciamento estrutural entre variedades ou línguas distintas. No entanto, se as variedades estão mais proximamente relacionadas, é no vocabulário específico que as variantes mais significativas serão encontradas.

A título de ilustração, no Suplemento Metodológico, disponibilizamos a lista de Swadesh-207, usada pelo Projeto-Piloto da Língua Talian que, de modo muito interessante, determinou a variação dialetal nessa língua ao plotar, na mesma tabela, diferentes variedades linguísticas.

Se o estudo de variedades internas à língua é uma preocupação central do inventário, recomenda-se o seguinte procedimento:

- **1º PASSO:** Compor uma lista de vocabulário específico, a partir de campos semânticos próprios do universo cultural da comunidade linguística.

- **2° PASSO:** Gravar listas de palavras de vocabulário básico e específico com diferentes falantes. A escolha dos falantes deve se pautar por variáveis representativas do universo social da comunidade linguística, tais como: local de residência, sexo, idade, grupo social/étnico, religião, entre outras.
- **3° PASSO:** Transcrever as listas com base em um alfabeto fonético (utilizando o Alfabeto Fonético Internacional, por exemplo) e comparar as listas, a fim de elucidar os pontos específicos de variação.
- **4° PASSO:** Identificar principais variantes dialetais a partir de:
 - Palavras cognatas*⁶ com significados diferentes (o que implica que houve mudança de significado da palavra em uma ou ambas as línguas).
 - Palavras não cognatas* com significados iguais (o que implica que houve substituição vocabular em uma ou ambas as línguas).
 - Diferenças fonético-fonológicas* em palavras cognatas (o que implicam em mudança sonora em uma ou ambas as línguas).
 - Diferenças morfológicas* entre palavras cognatas.
- **5° PASSO:** Cruzar as variantes encontradas com as variáveis sociais mais representativas da comunidade linguística, por exemplo, localidades diferentes.

Alguns estudos tendem a tornar a comparação por meio de listas de palavras como um fator determinante para se aferir a diferença entre línguas e variedades. Alguns desses estudos propõem, inclusive, porcentagens para se traçar uma linha absoluta (por exemplo, menos de 81% de cognatos compartilhados indicam línguas distintas).

5.4.2 COMPARAÇÃO DE VARIANTES GRAMATICAIS E FONÉTICO-FONOLÓGICOS

As equipes que possuem pesquisadores com maior familiaridade sobre a estrutura gramatical e a fonologia da língua de referência podem fazer comparações mais pontuais entre variação fonológica, morfológica e sintática. De modo geral, esse tipo de comparação consiste em apresentar para falantes de línguas/variedades distintas um questionário gramatical explorando aspectos sintáticos e morfológicos. Os questionários são produzidos numa língua de contato (o Português, por exemplo) e pedem que os falantes traduzam de poucas dezenas a algumas centenas de frases para sua língua.

Os questionários gramaticais podem ser padronizados ou podem ser desenvolvidos originalmente para aplicação no inventário em andamento. No SUPLEMENTO METODOLÓGICO, disponibilizamos dois questionários gramaticais, um básico e outro mais extenso.

6. Palavras com uma mesma raiz, por exemplo, Português: *mãe*; Espanhol: *madre*; Francês: *mère*.

Os questionários devem ser aplicados para diferentes falantes em diferentes localidades, seguindo as variáveis demográficas mais significativas para a comunidade linguística. É importante que os falantes respondam separadamente ao questionário, e, em seguida, as respostas sejam comparadas. O procedimento para quem já tem um conhecimento analítico da língua não precisa ser complexo; basta apontar diferenças pontuais entre elementos estruturais distintos, como, por exemplo, o caso do Português:

- *Antes da vogal /i/, algumas variedades do Português apresentam o alofone [t̪] para o fonema /t/ e outras variedades possuem alofone [tʃ].*
- Na variedade escrita e formal da língua portuguesa, usamos mais o futuro sintético (por exemplo, *comprarei*) do que na variedade oral, em que usamos mais o futuro analítico (por exemplo, *vou comprar*).

Essas diferenças (variantes) podem ser analisadas uma a uma ou interpretadas em seu conjunto. Para estudos quantitativos, elas podem ser atribuídas de um valor numérico (por exemplo, 0 = *formas idênticas* e 1 = *formas distintas*), e assim se medir o distanciamento entre as variedades. Por exemplo, toma-se a variedade X como referência e, então, calcula-se o número de formas distintas entre as variedades X e Y, e X e Z, para então se medir qual variedade é mais distante de X: Y ou Z.

5.4.3 AUTOPERCEPÇÃO DE VARIAÇÃO

Nesse tipo de estudo, elabora-se um questionário para ser respondido por indivíduos ou por grupos de indivíduos simultaneamente. As perguntas são relacionadas à percepção desses indivíduos sobre inteligibilidade mútua e variação linguística, seja interna à sua língua de referência ou entre línguas distintas. Abaixo apresentamos algumas sugestões de perguntas aplicáveis a esse tipo de estudo:

- Existem diferenças na maneira como as mulheres e os homens falam em sua comunidade? Em que as falas de mulheres e homens são diferentes?
- Na sua região, há pessoas que moram em outros lugares que falam parecido à forma que vocês falam? Em que se parecem? Em que são diferentes?
- As pessoas da localidade X falam como vocês? Em que se parece? Em que são diferentes?
- Quem, na sua região, fala parecido à forma como as pessoas da localidade Y falam?
- Você consegue entender o jeito que as pessoas da localidade Z falam? Você gosta de ouvir o jeito de falar delas?
- Vocês conseguem entender a forma como as pessoas falam na localidade W?
- O que na fala do pessoal da localidade Y lhe parece mais diferente da maneira como vocês falam aqui?

Sugere-se que as perguntas evitem termos técnicos como variedade e dialeto, pois não sabemos exatamente o que cada comunidade entende por esses termos. As perguntas devem ter como base variáveis sociais específicas e significativas para a comunidade linguística, em especial *localidade*, *sexo* e *idade*, mas outras variáveis sociais podem ser incluídas. É importante que esse tipo de questionário não seja por demais longo e complexo.

O linguista norte-americano Dennis R. Preston, na década de 1980, desenvolveu cinco métodos para investigação da dialetologia perceptual (ramo da linguística relacionado com a autopercepção da variação), dos quais destacamos dois (PRESTON, 1999):

- **Desenhar um mapa:** os falantes da língua de referência recebem um mapa simplificado de sua região e, então, são requisitados a desenhar fronteiras que identifiquem a localização onde eles acreditam que há pessoas que falem línguas/variedades diferentes das deles.
- **Grau de diferenciação:** os falantes da língua de referência são requisitados a avaliar numa escala o grau de similaridade ou diferença da sua língua com outras línguas/variedades. No sistema original de Preston a escala tinha quatro graus (conforme utilizamos no formulário do INDL): 1=mesma variedade; 2=variedade um pouco diferente; 3=diferente; 4=incompreensível/muito diferente.

É interessante juntar esses dois procedimentos e, além disso, juntar outras questões de atitudes linguísticas correlatas. Helder Peri (em comunicação pessoal ao IPHAN) descreveu um procedimento de *dialetologia perceptual* (que ele desenhou para o contexto Yanomami). O objetivo foi produzir um “mapa” de como os falantes de uma comunidade percebem seu entorno linguístico. O mapa traz as identificações das variedades conforme elas são percebidas pelos falantes de cada localidade, além das percepções e atitudes dos falantes sobre essas variedades. Aplicando-se um questionário para cada um dos grupos sociais significativos numa região ou mesmo numa comunidade linguística, teve-se como resultado vários mapas que representam as múltiplas percepções de variação.

Uma vez que a escala de percepção de diferenças e similaridades entre línguas/variedades do formulário está baseado em quatro níveis, é importante que, ao elaborar os questionários ou outras metodologias de pesquisa, os inventários estejam atentos para conseguir encontrar correspondência entre as categorias usadas pelo formulário do INDL e as utilizadas pela pesquisa.

Deve-se buscar, portanto, simetria na aplicação dos questionários entre os diferentes grupos sociais pesquisados e que podem ser tidos como uma mesma comunidade linguística. Por exemplo, se um questionário é aplicado para os Xavante, deve-se aplicar o mesmo para os Xerente, porque a variação deve ser entendida como uma via de mão dupla entre grupos sociais que se percebem linguisticamente diferentes ou similares. Caso sejam notadas percepções diferentes

entre um grupo **X** e um grupo **Y**, isso é, do mesmo modo, um fato significativo a ser considerado para o estudo da problemática língua e variedade, pois, a convergência e a divergência das respostas entre os diferentes grupos sociais devem apontar para fatos extremamente relevantes para se produzir conhecimento sobre língua e variedades.

Esse tipo de questionário, que tem um grande potencial para se levantar variantes linguísticas, com base em sons e palavras, percebidas como marcadores linguístico-culturais, pode ser usado também para aferir questões como atitudes sobre a língua e suas variedades.

5.4.4 TESTES DE INTELIGIBILIDADE MÚTUA

Testar a inteligibilidade mútua entre duas variedades/líguas tem como procedimento básico expor falantes a uma variedade/língua diferente da sua e aferir sua compreensão. Isso pode ser feito de forma individual ou coletiva, seguindo procedimentos quantitativos e/ou qualitativos. Em todo caso, é muito importante que testes de inteligibilidade sejam feitos simetricamente, ou seja, que sejam testados tanto falantes de uma variedade **X** sobre a variedade **Y**, quanto falantes da variedade **Y** sobre a variedade **X**.

Um passo inicial que pode ser usado como teste de autopercepção da variação é perguntar para indivíduos ou grupos de indivíduos sobre sua compreensão de outra língua/variedade em questão.

Nesse contexto, é importante que, ao elaborar os questionários ou outras metodologias de pesquisa, as equipes dos inventários estejam atentas para o uso da escala de inteligibilidade entre líguas/variedades baseada em quatro níveis, a fim de conseguir encontrar correspondência entre as categorias usadas pelo formulário do INDL e as utilizadas pela pesquisa.

Outro procedimento simples, porém não muito controlado e quantificável, é contar com pesquisadores-falantes na equipe executora para averiguar inteligibilidade mútua sobre outras variedades não faladas por eles. Pede-se que o pesquisador-falante da equipe converse com uma outra pessoa, falante de outra língua/variedade, sobre um tópico específico. Então, pede-se que o pesquisador-falante avalie sua compreensão da variedade da outra pessoa, e a aparente compreensão da outra pessoa sobre a variedade falada pelo pesquisador. Essa avaliação pode ser expressa por uma escala que envolve a compreensão total, parcial ou nenhuma.

Procedimentos mais controlados se baseiam em gravações de textos ou frases e na aplicação de testes específicos. Abaixo apresentamos os procedimentos básicos desse tipo de teste.

- **1º PASSO:** Escolher as variedades/líguas a serem testadas e um grupo de indivíduos representativo de cada uma dessas variedades/líguas.

- **2º PASSO:** Gravar um texto ou frases em cada uma dessas variedades (é melhor um texto do que frases descontextualizadas). O texto deve ter um tema específico (por exemplo, relacionado à história de vida de alguém, um fato ocorrido com alguém) e ser relativamente curto (dois minutos, por exemplo).

- **3º PASSO:** Definir, após a gravação dos textos, como a inteligibilidade será aferida. Existem dois procedimentos possíveis para isso:

QUESTIONÁRIO: para cada texto representativo de cada variedade/língua, deve-se definir 10 perguntas para serem respondidas pelas pessoas que deverão ser testadas (as perguntas podem estar numa língua de contato ou traduzidas na língua/variedade dos falantes sendo testados). Para “calibrar” as perguntas, deve-se testá-las e adequá-las antes com os próprios falantes da variedade/língua em que o texto foi gravado. Quando esses falantes conseguirem responder as perguntas próximo a 100% de acerto, assume-se que as perguntas estão adequadas;

RECONTAGEM: em vez do uso de questionários, é possível definir um conjunto de informações centrais sobre o texto, do qual se espera que os falantes testados demonstrem compreensão. A demonstração de compreensão se afere a partir da recontagem do texto pelos falantes, observando dentro do conjunto de informações centrais pré-definidas o que foi incluído (acerto), mal compreendido (erros) ou omitido (neutro: nem acerto nem erro).

- **4º PASSO:** Definir, após o preparo dos procedimentos, como administrá-los, ou seja, se os testes serão aplicados individual ou coletivamente. No caso de aplicação individual, devem ser contados os erros e os acertos de cada indivíduo na compreensão do texto, seja a compreensão medida a partir de questionários ou pela recontagem. Já na aplicação coletiva, as equipes devem primeiro estar atentas ao processo coletivo de compreensão do texto (como as pessoas conversam sobre o texto antes de responder aos questionários ou antes de recontar o texto). Em seguida, deve-se escolher uma pessoa do grupo para ser o representante para recontar o texto ou responder as perguntas do questionário. A aplicação coletiva torna o estudo menos controlado e mais qualitativo, enquanto a aplicação individual torna o estudo mais controlado e mais quantificável.

Aferir diferentes graus de inteligibilidade mútua é um importante indicador para se distinguir uma língua e suas variedades. No entanto, devem-se combinar esses indicadores com outras questões, relativas à dicotomia entre língua e variedade, com o objetivo de instrumentalizar equipes e comunidades nas definições sobre o que são línguas e o que são variedades.

6. Usos linguísticos

A caracterização dos usos linguísticos numa comunidade é um dos pontos mais importantes de um inventário. Por isso, o formulário no módulo **Diagnóstico sociolinguístico** traz uma série de questões que perpassam a noção de usos linguísticos, tal como foi definida no VOLUME 1 do Guia. Trata-se de um detalhamento de questões antecipadas nos Conceitos Estruturantes, quando foi discutido o tópico Falantes. Isso permite um olhar que contextualiza o uso da língua de referência e de outras línguas com as relações socioculturais existentes na comunidade. As informações deste item visam à apreensão do grau de vitalidade das línguas e da identificação dos possíveis espaços onde as línguas minoritárias estejam sendo deslocadas.

6.1 LÍNGUA DOMINANTE

O conceito de língua dominante é tomado aqui como algo relativo, a partir da convergência de critérios demográficos e de aquisição, uso e valor cultural que uma língua possui. Além disso, assumimos que dominância é relativa, devido às situações multilíngues numa comunidade, de modo que, a partir de certos critérios, faz sentido identificar não apenas uma, mas um conjunto de línguas dominantes num grupo social.

Para responder a essa questão sugerimos que a relevância social seja avaliada com base nos seguintes critérios:

- **DEMOGRAFIA:** as línguas dominantes, em tese, possuem um maior número de falantes e de falantes potenciais. Esse é um critério puramente quantitativo – línguas mais populosas são mais dominantes na comunidade.
- **AQUISIÇÃO:** em geral, são dominantes as línguas que são adquiridas como primeira língua pela maioria da população⁷. No entanto, se for detectado que uma língua está sendo aprendida como segunda língua por um número grande de pessoas na comunidade, é importante entender o porquê disso.
- **DOMÍNIOS SOCIAIS:** são dominantes as línguas que são usadas com maior frequência e na maioria dos domínios sociais da vida comunitária – sobretudo os domínios tidos como mais relevantes para a vida cotidiana. É, pois, necessário um olhar etnográfico apurado sobre esses domínios: quais deles são mais básicos para a vida social, quais deles são mais tradicionais ou mais inovadores, quais são tidos como culturalmente mais importantes? É comum ainda haver uma associação entre a divisão dos domínios sociais e o uso das línguas, por

7. Mais de uma língua pode ser adquirida como primeira língua, especialmente quando os pais falam línguas diferentes ou são eles mesmos bilíngues.

exemplo, o Português é falado na escola e no trabalho, e o Japonês em casa e nas cerimônias religiosas; ou é comum que, num mesmo domínio, sejam faladas mais de uma língua.

- **VALOR CULTURAL:** É dominante a língua que é percebida como a mais marcante para a identidade coletiva da comunidade, ou aquela que possui um valor cultural e afetivo para o grupo. Por exemplo: o caso do Russo como língua de casa e o Francês como língua de cultura na Rússia czarista.

O módulo de diagnóstico sociolinguístico do formulário pede a identificação de uma a três línguas dominantes, listadas hierarquicamente, a partir daquela que se julgue a mais dominante para a que é menos dominante. A escolha dessas línguas e também sua hierarquização deverão ser justificadas. De fato, cada um dos critérios acima é um campo próprio de pesquisa, o que faz com que esta questão seja, em último grau, uma síntese sobre toda a seção Usos Linguísticos.

6.2 AQUISIÇÃO E TRANSMISSÃO DA LÍNGUA

Aquisição é um tema que se desdobra em duas questões. Primeiramente, devemos saber como as línguas dominantes na comunidade são adquiridas. Para tanto, consideramos um conjunto de fatores como: (i) se as línguas são adquiridas como primeira ou segunda língua; (ii) quando, na vida dos indivíduos, as diferentes línguas são adquiridas (na infância, na idade escolar, na fase adulta, etc.); e (iii) em que situações sociais (onde e com quem) a língua é geralmente adquirida (em casa com os pais, nas ruas com amigos, na escola, por exemplo). Essas questões podem ser respondidas por questionários individuais, com perguntas explícitas com relação às línguas faladas por cada indivíduo, bem como por outros métodos de pesquisa com a comunidade, como observação etnográfica e reuniões.

A segunda questão sobre aquisição diz respeito à transmissão da língua de referência. Todos os inventários, básicos ou amplos, devem responder à pergunta sobre o grau de transmissão da língua. Propomos quatro níveis para a transmissão da língua, definidos da seguinte maneira:

- **ESTÁVEL:** quando todas ou aproximadamente todas as crianças estão aprendendo a língua.
- **EM CRISE:** quando muitas crianças já não aprendem a língua, sendo isso verdade para um número considerável de residências e/ou localidades dentro do território da língua.
- **INTERROMPIDA:** quando as crianças não mais aprendem a língua e os últimos falantes nativos são da geração dos adultos ou mais velhos.

- **EM RETOMADA DE CRESCIMENTO:** quando houve um intervalo na transmissão da língua entre gerações, mas houve retomada recente e crianças voltam a aprender com anciãos, já que, muitas vezes, os próprios pais não falam essa língua.

Esses níveis tratam de tendências na língua, de modo que a diferença entre uma transmissão estável e outra em crise não é um fato estatístico apenas. Da mesma forma, a transmissão da língua pode estar ocorrendo de forma diferente em localidades e/ou contextos familiares distintos. Entendemos que, quando há ambiguidades incontornáveis para se decidir se a transmissão está em crise ou é estável, é porque a língua está numa tendência de crise. Além disso, quaisquer detalhes, como as diferenças na transmissão entre diferentes localidades, devem ser mencionados no quadro de observações.

O grau de transmissão da língua pode ser investigado por diferentes maneiras, especialmente por meio de entrevistas com pessoas-chave e observações etnográficas. A forma mais objetiva é através da realização de um levantamento demográfico.

É este tipo de levantamento que permitirá averiguar outra questão do formulário: a taxa de transmissão intergeracional da língua de referência. Diferente do grau de transmissão da língua, a taxa de transmissão somente é requerida para inventários amplos. O cálculo dessa taxa envolve a verificação da proficiência linguística para cada geração, seguindo os levantamentos de tipos de falantes (fluentes, parciais e não falantes) para cada faixa etária (infância, juventude, adulta I, adulta II e velhice), o que levará a perceber eventuais perdas (e ganhos) de níveis de fluência de uma geração para outra.

Os inventários que não fizerem um levantamento demográfico, em que se investigue a proficiência dos falantes, não serão capazes de responder à questão de taxa de transmissão da língua. Responderão, de forma holística, apenas a questão sobre o grau de transmissão da língua.

6.3 SITUAÇÕES SOCIAIS DE USOS LINGUÍSTICOS

A investigação sobre os domínios sociais de usos das línguas é importante para se responder a quatro questões do formulário do INDL.

A questão central para esse campo é sobre as situações comunicativas dos usos linguísticos. Um trabalho detalhado sobre esse tema permitirá que as demais questões nos inventários sejam respondidas com maior facilidade. No entanto, por ser um tema dos inventários amplos, situações comunicativas exigem um trabalho de observação etnográfica profundo, especialmente com o suporte de pesquisadores-comunitários e a realização de entrevistas com pessoas-chave e até mesmo reuniões. É ainda um tema por excelência para a documentação de amostras de uso da língua. Para se investigar essa temática sugerimos os seguintes procedimentos:

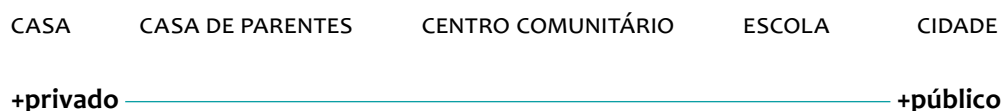
- Fazer um levantamento dos principais âmbitos sociolinguísticos da vida na comunidade (ver sugestões mais abaixo).
- Em seguida, para cada situação, buscar compreender quem são os interlocutores, ou seja, quem são as pessoas que participam de cada âmbito sociolinguístico.
- Então, identificar qual o canal de comunicação usado em cada domínio, basicamente oral/gestual ou escrito.
- Por último, as equipes devem investigar as interações linguísticas existentes em cada um desses âmbitos sociais.

Pode haver casos em que uma língua de referência é sempre usada numa dada situação social, como, por exemplo, “na igreja fala-se sempre o Alemão”, “na escola usa-se sempre o Português”. Mas pode haver outros casos em que o uso de uma determinada língua varie de acordo com a faixa etária dos indivíduos, por exemplo, “em casa, marido e mulher falam em Nheengatu, mas pais e filhos falam somente em Português”. Assim, as interações linguísticas devem ser notadas levando-se em consideração todas as variáveis relevantes, isto é, âmbitos sociais, interlocutores e canal.

A questão dos âmbitos sociolinguísticos é deixada em aberto, pois entendemos que ela varia de comunidade para comunidade. Não obstante, sugerimos uma lista básica a seguir:

Cidade	Casa de parentes	Mercado
Dentro da comunidade	Vizinhança	Jogo de futebol
Local de trabalho	Igreja	Pescaria / Caçada
Posto de saúde/hospital	Escola	Banho no rio
Centro comunitário	Festas	Rádio
Reuniões na comunidade	Cerimônias fúnebres	Telefone
Casa	Roça	Internet

Uma maneira de se conceber os âmbitos sociolinguísticos é por meio de um universo de situações gradativas, entre polos opostos, tais como: situações públicas versus situações privadas, situações tradicionais versus situações novas, entre outras. Por exemplo, a relação entre público e privado pode ser concebida da seguinte maneira:



A análise sobre qual língua é mais usada em cada âmbito sociolinguístico pode ser feita a partir de questionários individuais, com perguntas como “qual língua você costuma usar na escola quando fala com seus colegas de classe?” ou “qual língua você costuma usar para vender farinha na cidade?”. No entanto, o método recomendado é o da observação etnográfica, pois o comportamento linguístico dos indivíduos nem sempre pode ser fielmente conhecido por autodeclarações.

Sobre a língua usada com maior frequência pela comunidade linguística, podemos investigar de duas formas. Em inventários amplos, nos quais é feita uma investigação mais detalhada sobre situações comunicativas, pode-se inferir qual língua é mais frequentemente usada em situações cotidianas da comunidade, uma vez que essas situações e as línguas usadas em cada contexto já estarão definidas. Outra maneira é incluir uma pergunta em questionários individuais sobre qual língua a pessoa entrevistada usa com mais frequência no dia a dia. O problema dessa pergunta é que, em muitos casos, a resposta poderá ser inconclusiva. Assim, reuniões e, sobretudo, observações etnográficas são as melhores estratégias.

O trabalho de identificação dos domínios sociais de usos da língua é um excelente aporte para a avaliação sobre a dinâmica dos usos das línguas de referência. Caso um trabalho detalhado sobre os domínios de uso da língua não tenha sido realizado, a dinâmica dos usos pode ser investigada com base em outros métodos, como entrevistas com pessoas-chave e observações etnográficas. Para essa questão, os inventários deverão classificar a situação dos usos da língua de referência numa escala conforme definido a seguir:

- **Uso em expansão:** quando a língua é usada em todas as situações de contatos interpessoais na comunidade linguística e vem expandindo seu uso para novas situações sociais e esferas públicas mais amplas, dentro e/ou fora da comunidade⁸.
- **Uso estável:** quando a língua é usada em todas as situações de contatos interpessoais de seus falantes dentro da comunidade linguística, mas não existe um quadro de expansão de usos da língua para certas situações sociais inovadoras dentro da comunidade linguística ou para fora dela⁹.
- **Uso em retração:** quando a língua vem perdendo espaço nas situações sociais em que era tradicionalmente falada, sobretudo nas esferas privadas da vida familiar e internas à vida comunitária.
- **Uso restrito:** quando os falantes utilizam a língua em situações sociais muito específicas, tais como: situações religiosas, festivas, ritualísticas, entre outras.

8. Basicamente, o que caracteriza esse nível são: os usos da língua como língua oficial e como língua de instrução na escola; a existência de serviços públicos na língua; a produção de recursos impressos e eletrônicos na língua; o uso da língua em ambientes virtuais; o uso da língua como língua franca por pessoas cuja língua materna é outra.

9. Crucial para este ponto é notar que a língua pode ser amplamente utilizada em espaços privados ou internos a certos grupos e situações sociais dentro da comunidade, mas não em esferas públicas mais amplas, como na escola, nos meios de comunicação impressos e eletrônicos, entre outras.

- **Uso interrompido:** quando os últimos falantes nativos da língua não a utilizam mais, somente em raríssimas e especiais situações, como, por exemplo, quando são pedidos para falar na língua.

É importante que esses usos da língua sejam considerados como tendências, de modo que a diferença entre uso estável e uso em retração, por exemplo, não precisa ser apontada como um fato estatístico. Do mesmo modo, pode haver fatos contraditórios, como por exemplo, os usos da língua estarem em expansão devido a uma política de uso da língua em rádios, mas, por outro lado, ela estar sendo cada vez menos usada em casa. Por isso, deve ser apresentada nos inventários uma discussão detalhada sobre esses usos, mas para efeitos de marcação na escala, sugerimos que os níveis mais básicos de usos linguísticos, como o familiar, por exemplo, sejam tomados como mais importantes.

A questão sobre usos linguísticos especiais procura investigar os usos marcados por um valor cultural especial, destacados dos demais usos cotidianos na língua devido ao fato de acontecerem em domínios sociais especiais e implicarem uma manipulação dos repertórios linguísticos de forma diferenciada. Como sugestão de tipos de usos linguísticos especiais, apresentamos os seguintes:

Canções	Contos infantis	Benzimentos, rezas, orações, hinos religiosos
Poemas	Mitos	Representações dramáticas
Provérbios, ditados	Diálogos cerimoniais	Oratória pública
Jogo de palavras	Lamentações	Receitas culinárias
Piadas, anedotas	Ladainhas	Instruções de como se fazer artefatos, construções, festas tradicionais, entre outras

É evidente que cada tipo dos usos sugeridos acima tem desdobramentos e subtipos nas comunidades a serem investigadas. As equipes devem começar por um levantamento em fontes secundárias, mas também junto à comunidade linguística, como por exemplo, com pesquisadores-comunitários e observações etnográficas sobre os usos linguísticos especiais. É importante que sejam levantados os usos conforme as categorias que a comunidade utiliza para identificá-los. Após a identificação dos principais usos especiais, as equipes devem caracterizá-los, indicando em quais situações sociais eles ocorrem geralmente e apresentando uma descrição das características formais e dos conteúdos de cada uso especial identificado. Essa questão é importante, sobretudo, para a documentação de amostras de usos da língua. Por isso, sugerimos que, no trabalho de produção de conhecimento, sejam gravadas entrevistas com falantes de referência para documentar a visão da comunidade linguística sobre os usos especiais da língua.

6.4 ESCRITA, LEITURA E GRAFIAS

A escrita é uma temática importante para os inventários. É necessário saber quais línguas possuem grafia(s), como está a sua situação e seu uso nas comunidades, bem como se as comunidades efetivamente usam a escrita, se existe uma tradição de textos escritos e em que gêneros, qual o nível de proficiência das pessoas na escrita e na leitura, em qual língua costumam escrever e que tipos de textos produzem. Isso pressupõe a língua em que os falantes são alfabetizados, bem como a questão sobre grafias na língua de referência.

Para se investigar os textos produzidos numa comunidade, as equipes devem estar familiarizadas com a vida social dos falantes. Por isso, observações etnográficas e entrevistas com pessoas-chave são as técnicas mais recomendadas. Essa questão está intimamente relacionada à investigação dos usos sociais da língua, e deve ser investigada paralelamente.

Uma questão particular sobre o uso da escrita pela comunidade é a análise e documentação da paisagem linguística. Isso inclui o registro, sobretudo, da presença visual da língua, como se observa nas seguintes categorias:

- Meios descartáveis, como cartazes, faixas, *banners*, cartolinas e *outdoors*.
- Meios de identificação de estabelecimentos públicos, particulares e comerciais
- Inscrições em cemitérios, muros, edifícios, paredes, rochas, árvores, entre outras.
- Meios perenes de sinalização em lugares de circulação pública, como placas de trânsito, placas de turismo, nomes de lugares, entre outros.

Paisagem linguística é um item importante sobre o uso da língua e tem especial relevância para a percepção dos falantes sobre a vitalidade da língua devido à exposição em espaços públicos dos textos escritos.

Inventários amplos podem proceder a uma avaliação de proficiência em escrita e leitura sobre a língua de referência e o Português. Essa avaliação pode ser feita com base em uma amostra do número de falantes. Por isso, é necessário que se indique no formulário o número absoluto de indivíduos pesquisados e então que se apresente uma estimativa da proficiência em leitura e escrita na comunidade linguística. Ainda que haja dados atualizados sobre proficiência na comunidade, enfatizamos a importância da realização do levantamento para que, posteriormente, os resultados sejam comparados com outros estudos.

Assumimos três níveis de proficiência em escrita e leitura: pleno, parcial e nulo. A leitura e a escrita devem ser avaliadas separadamente, por isso sugerimos procedimentos bem simples, como pedir que os falantes leiam e escrevam pequenas listas de palavras, frases e pequenos parágrafos. Após um falante escrever, outro deverá ler e avaliar a proficiência do primeiro. Para avaliar a leitura, deve-se pedir que um falante letrado escreva um texto curto, frases ou palavras, e então

pedir para outro falante ler. Com base na sua compreensão de leitura, avalia-se sua proficiência. Por essas razões, deve-se contar com pesquisadores-falantes, sobretudo professores.

A existência de grafia para uma língua é entendida como um aspecto fundamental para o suporte de ações de salvaguarda linguística, incluindo seu uso nas escolas, na alfabetização, em ambientes digitais, na produção de recursos bibliográficos diversos e na revitalização de línguas ameaçadas ou adormecidas. Não se sabe ao certo quais línguas no Brasil possuem grafia(s) atualmente. Sabe-se, no entanto, que as grafias existentes para as línguas minoritárias variam em termos de qualidade técnica e funcionalidade para as comunidades de falantes dessas línguas. Ao mesmo tempo, a existência de línguas com mais de uma grafia pode se relacionar com cisões dentro de uma comunidade linguística e dificultar a implantação de programas de salvaguarda linguística.

Assim, os inventários devem identificar se a língua está atualmente sem escrita, se possui uma escrita ou se possui múltiplas formas de escrita (e quantas). Deve-se produzir um diagnóstico sumário sobre essas grafias, identificando se estão sendo usadas pela comunidade (especificando quais grupos as usam e em quais contextos comunicativos), qual a origem das grafias (quem as elaborou, quando, para que propósito) e, por fim, contrastar as diferentes grafias existentes para uma única língua.

Nesse sentido, a metodologia para contrastar as grafias diferentes também não deve ser muito complexa. Por exemplo, as amostras de escrita na língua podem ser coletadas a partir de textos e listas de palavras. Essas listas, que são uma ferramenta capaz de garantir maior padronização e controle, podem ser usadas para diagnosticar a situação do uso de grafias por meio de amostras de escrita independentes baseadas, por exemplo, na mesma lista de 25 palavras, transcritas por alguns alunos e professores. O mais interessante é ter palavras escolhidas por linguistas familiarizados com a fonologia e as formas de escrita da língua, de modo que essas palavras representem casos mais suscetíveis a apontar inconsistências e/ou divergências entre as grafias.

Os alunos e membros da comunidade podem ser identificados pelos professores. Dois professores podem avaliar, independentemente, a proficiência de cada aluno, com as avaliações sendo comparadas. Avaliações desconhecidas devem ser investigadas. Deve-se aplicar o teste usando-se duas listas de palavras preparadas em colaboração com os professores: uma lista escrita em Português e uma na língua de referência. Na lista em Português, devem ser escritas as palavras correspondentes na língua de referência. Do mesmo modo, na lista da língua de referência, devem ser escritas as palavras correspondentes em Português. Em seguida, os resultados podem ser comparados com as listas corretas fornecidas pelos professores. Esses testes podem ser escaneados e guardados, pois podem servir para novas análises.

Destacamos que os testes para analisar as grafias podem ser combinados com os testes para verificação do nível de proficiência em escrita e leitura na comuni-

dade. No entanto, enquanto listas simples de palavras são mais apropriadas para se testar as grafias, a verificação da proficiência de escrita e leitura na comunidade exige textos mais elaborados, como se sugeriu na seção anterior.

As amostras de escrita na língua que forem criadas para os testes de proficiência em escrita e leitura ou para se contrastar as diferentes grafias devem ser digitalizadas para integrarem o acervo digital. Sugere-se que tanto textos quanto palavras sejam escritos à mão pelos falantes. Pode-se adicionalmente coletar amostras de escrita em publicações na língua. Para integrar o acervo digital do inventário, as equipes executoras deverão escanear ou tirar fotos das amostras de escrita, disponibilizando-as em formato JPEG. Caso as publicações na língua possam ser disponibilizadas para o acervo digital, elas devem estar em formato PDF.

7. *Atitudes e representações*

Atitudes e representações linguísticas, apesar de serem conceitos evasivos, são temas que não podem ser ignorados no inventário, pois permeiam a maior parte dos itens propostos para a pesquisa sobre as línguas, uma vez que a relação entre um falante e sua língua nunca será neutra. Atitudes e representações linguísticas estão presentes em todos os itens do formulário e podem ser decisivas, como no caso da denominação de uma língua.

Desse modo, mesmo que não sejam objetos primários de investigação, atitudes e representações linguísticas estão sempre presentes e permeiam as circunstâncias do trabalho em campo, assim como os próprios dados. Embora seja um item muito importante para compreender o *status* e as perspectivas de manutenção ou perda de uma língua, o terreno das atitudes e representações linguísticas é muito fluido e evasivo. Incorporado da Sociopsicologia, o conceito de atitude mais frequentemente utilizado na Sociolinguística foi cunhado por Lambert e Lambert (1975, p. 100):

Uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente. Os componentes essenciais das atitudes são pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como tendências para reagir. Podemos dizer que uma atitude se forma quando tais componentes estão de tal modo inter-relacionados, que as tendências de reação e os sentimentos específicos se tornam coerentemente associados ao objeto da atitude.

Uma atitude frente a uma língua implica, necessariamente, que o indivíduo possua uma representação cognitiva da mesma: não é possível medir atitudes positivas ou negativas de um sujeito sobre um determinado item se aquele elemento não tiver uma representação cognitiva minimamente estruturada para essa pessoa. Assim, um sujeito que nunca conheceu uma romã não poderá manifestar atitudes positivas ou negativas sobre essa fruta. O paralelo não é exatamente o mesmo

para línguas, uma vez que atitudes sobre línguas estão/podem estar atreladas a um povo, a um país, e não apenas a uma língua.

Desse modo, as noções de atitudes e representações requerem atenção especial, sobretudo metodológica, por parte dos pesquisadores, dada a subjetividade e fluidez desses conceitos¹⁰. Dentre esses itens, destacamos:

- Influência de atitudes e representações sobre o comportamento linguístico: essa relação não é direta, embora tenhamos salientado que a relação dos falantes com suas línguas não é de neutralidade e que, portanto, atitudes e representações linguísticas podem influenciar comportamentos linguísticos, mas não o fazem necessariamente.
- Normas sociais *versus* atitudes: uma das razões pelas quais a influência de atitudes e representações não é direta sobre o comportamento linguístico é que indivíduos estão inseridos em contextos nos quais coexistem muitas normas sociais e essas geralmente se sobrepõem a atitudes individuais, ou seja, o indivíduo tende a agir em consonância com o esperado pelo grupo.
- Atitudes gerais *versus* comportamentos específicos: atitudes gerais não possuem relação direta com comportamentos específicos, ou seja, uma atitude positiva geral para com o grupo/língua não é garantia de interesse na manutenção e transmissão da própria língua.
- Contradições intrínsecas: uma atitude positiva não corresponde necessariamente a um comportamento equivalente – o indivíduo pode reconhecer o valor de uma dada língua e, ainda assim, não estar disposto a adquiri-la por razões de ordem diversa.

Espera-se que os inventários problematizem as línguas para além de sua função comunicativa, ou seja, que apresentem e discutam aspectos que demonstrem como as línguas funcionam (ou não) como referência cultural, como elemento de distinção e marcador de identidade(s).

Questões sobre atitudes e representações estão presentes em todo o formulário, mas também configuram um item próprio, no qual os inventários terão de qualificar as atitudes com relação à língua numa escala com relação a outras línguas (como o Português) num texto descritivo. Em todos os itens do formulário, deve-se considerar questões relacionadas a atitudes e representações, pois estas podem influenciar a avaliação sobre proficiência, língua usada com maior frequência, língua na escola, língua e variedades, entre outros.

10. Para mais sobre atitudes e representações, indicamos Kaufmann (2011).

Na tabela abaixo, exemplificamos com algumas perguntas que comumente são usadas para se investigar atitudes linguísticas. Como se vê, as respostas são classificadas numa escala de “concordância”, o que facilita captar o ponto de vista do sujeito (a língua hipotética que usamos é o Japonês):

	CONCORDO PLENAMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISCORDO
É importante que seus filhos aprendam Japonês				
Japonês é uma língua bonita				
Japonês deveria ser ensinado nas escolas onde você estuda				
É mais importante uma criança aprender o Japonês do que o Português primeiro				
O Japonês está acabando no Brasil				
Pessoas não descendentes de japoneses deveriam aprender Japonês				
O Japonês é um importante elemento da sua identidade				

8. Patrimonialização e oficialização

Nas últimas décadas, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, têm crescido as iniciativas de políticas linguísticas visando os direitos de minorias sociolinguísticas no Brasil. Os principais instrumentos dessas políticas têm sido os reconhecimentos patrimoniais e leis de oficialização nos níveis estaduais e municipais, além da Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002, de oficialização da Libras a nível nacional.

Identificar processos de oficialização e patrimonialização de línguas é importante para acompanhar as ações decorrentes dessas leis, bem como sua efetividade. Dessa maneira, propomos uma tipologia das línguas com relação a esses dois instrumentos: Patrimonialização e Oficialização. Passemos a ilustrar cada um deles:

Com relação a leis de oficialização, propomos a identificação das línguas nas seguintes categorias:

- Língua Oficial: para as línguas que já possuem leis de oficialização a nível estadual, municipal e/ou nacional;

- Língua em processo de oficialização: para as línguas em que já existe um projeto de lei para sua oficialização ou para as quais existe uma mobilização a favor de sua oficialização a curto prazo;
- Língua não oficial: para as línguas sem leis ou projeto de leis de oficialização e para as quais não há condições sociais e políticas favoráveis a sua oficialização a curto prazo.

Com relação a leis de Patrimonialização, propomos as seguintes categorias:

- Língua reconhecida como patrimônio: para as línguas que foram reconhecidas por instituições públicas relativas ao patrimônio cultural, seja a nível municipal, estadual ou nacional;
- Língua em processo de reconhecimento patrimonial: para as línguas que já possuem projetos de reconhecimento patrimonial;
- Língua sem reconhecimento patrimonial: línguas sem projetos ou leis de reconhecimento patrimonial.

Devem ser identificados os municípios e estados onde a língua é oficial/reconhecida como patrimônio (ou ainda está em processo de oficialização/reconhecimento), uma vez que há diversos casos de uma língua ser oficial/reconhecida num município ou estado, mas não em outros onde ela também é falada. Essas leis também devem ser caracterizadas, ou seja, as equipes devem comentar sobre o que rege cada lei (por exemplo, se a lei prevê certos espaços públicos e sociais onde serviços e usos da língua serão implementados) e qual o estado atual de implementação. Recomenda-se que se digitalizem as leis identificadas e as incluam no acervo digital do inventário.

9. Vitalidade linguística

Como elemento do diagnóstico linguístico, deve-se realizar uma classificação das línguas dentro de uma tipologia de vitalidade linguística¹¹. Essa tipologia é geralmente apresentada como uma escala, que vai desde línguas extintas – sem falantes atuais e sem a possibilidade de futuros falantes – até línguas fortes, como o Português. A escala da vitalidade linguística sugerida no formulário classifica as línguas em sete categorias: Forte, Vulnerável, Ameaçada, Severamente Ameaçada, Desaparecendo, Adormecida e Extinta.

Para exemplos de outras escalas, nas quais nos baseamos, conferir FISHMAN, 1991; KRAUSS, 1997; UNESCO, 2003; GRENOBLE e WHALEY, 2006; NILS, 2009; LEWIS et al., 2013).

11. Essa prática é comum entre linguistas, governos e organizações como a UNESCO, desde que ganharam força as discussões sobre a diversidade linguística no mundo no início da década de 1990. Suas raízes remontam ao programa de Reversão da Perda Linguística (FISHMAN, 1991), como um dos componentes para auxiliar as minorias linguísticas a lutarem pelo fortalecimento de suas línguas.

Na classificação das línguas dentro dessa escala são levados em conta critérios objetivos produzidos em pesquisa, bem como um esforço interpretativo **holístico** e **prospectivo** – a vitalidade de uma língua implica em se fazer prognósticos de como ela estará nas próximas duas ou três gerações. Os critérios objetivos são parte do diagnóstico sociolinguístico de cada inventário e a interpretação holística se dá a partir do conjunto desses critérios, além de outros menos objetivos. Os critérios objetivos para se determinar o grau de vitalidade de uma língua podem ser organizados hierarquicamente em três níveis:

- **Critério primário** – Grau de transmissão da língua (SEÇÃO 4.3)
- **Critério secundário** – Dinâmica dos usos sociais da língua (SEÇÃO 4.3)
- **Critérios adicionais** – Tamanho populacional da língua (= número de falantes), situação escolar, recursos humanos e documentais e também atitudes para com a língua.

O quadro abaixo apresenta a escala de vitalidade em correlação com os critérios de atribuição:

GRAU DE VITALIDADE	CORRELAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS		
	TRANSMISSÃO DA LÍNGUA	DINÂMICA DOS USOS SOCIAIS DA LÍNGUA	ADICIONAIS
6-Forte	estável	em expansão	a) Tamanho populacional para falantes nativos e potenciais b) Graus de atitude c) Situação escolar d) Qualidade e Quantidade de Documentação sobre a língua e) Falantes de Referência outros...
5-Vulnerável	estável	estável	
4-Ameaçada	em crise ou em retomada de crescimento	em retração	
3-Severamente Ameaçada	em crise ou em retomada de crescimento	em retração	
	interrompida	restrito	
2-Desaparecendo	interrompida	restrito	
1-Adormecida	interrompida	interrompido	a) Há falantes potenciais em um bom número
0-Extinta	interrompida	interrompido	a) Não há falantes potenciais

A classificação das línguas na escala de vitalidade linguística deve seguir três passos básicos:

- A determinação do índice de grau de transmissão e dinâmica dos usos sociais da língua, critérios primário e secundário respectivamente.
- A percepção da relevância dos critérios adicionais.

- A indução do grau de vitalidade da língua com base na interpretação dos critérios acima, bem como de demais fatores diagnosticados que possam ajudar a traçar um quadro prospectivo do futuro da língua.

A combinação dos critérios primário e secundário definem *a priori* certas possibilidades de classificação das línguas, mas não são critérios absolutos. Conforme se vê na tabela, alguns graus são idênticos com relação aos critérios primário e secundário. Cabe às equipes executoras dos inventários interpretar os critérios adicionais para decidir o grau (mais ou menos) preciso em que a língua se encontra.

Devemos notar as correlações entre os usos sociais da língua e a transmissão intergeracional. Em geral, espera-se que uso em retração se correlacione com transmissão em crise, do mesmo modo que uso restrito e interrompido se correlacione como transmissão interrompida. No entanto, isso não deve ser algo absoluto, de modo que as equipes executoras dos inventários têm a liberdade de apontar para uma diferente configuração desses indicadores e interpretar livremente o grau de vitalidade da língua – desde que isso esteja bem argumentado e justificado.

Abaixo, apresentamos alguns níveis que podem gerar dificuldades de interpretação:

- **Os graus 6-Forte e 5-Vulnerável** se diferenciam dos demais graus por ambos apresentarem um nível estável de transmissão intergeracional. A diferença entre os dois está no critério de Dinâmica dos usos sociais da língua, pois 6-Forte se refere a línguas em que os usos sociais estão em expansão, enquanto 5-Vulnerável os usos sociais estão estáveis.
- **Os graus 1-Adormecida e 0-Extinta** se caracterizam por terem a transmissão e os usos sociais da língua como interrompido. A diferença entre os dois se dá porque para **1-Adormecida** existem pessoas identificadas como falantes potenciais e por um conjunto de outros critérios que podem levar a crer que a língua poderá voltar a ser usada como meio de comunicação na comunidade. O mesmo não existe para uma língua classificada como **0-Extinta**.
- **O grau 2-Desaparecendo** também se refere a línguas cuja transmissão foi interrompida, mas que ainda são usadas em certas situações sociais, mesmo que de modo RESTRITO.

O grau **3-Severamente Ameaçada** é intencionalmente ambíguo entre os níveis **2-Desaparecendo** e **4-Ameaçada**. Essa ambiguidade se dá pela importância dos critérios adicionais para determinação desses graus da escala. Uma língua cuja transmissão está em crise e cujos usos sociais estão em retração pode ser classificada como **4-Ameaçada** em vez de **3-Severamente Ameaçada** caso haja bons indicadores nos critérios adicionais, como, por exemplo, uma grande população de falantes, atitudes positivas da comunidade para com sua língua, bons recursos educacionais, entre outros. A interpretação do conjunto de critérios adicionais como positivos pode também determinar a classificação de uma língua enquanto **3-Severamente Ameaçada**, em vez de **2-Desaparecendo**.

10. Autogestão, revitalização e promoção da língua

Esta seção aborda as principais estratégias de revitalização e promoção das línguas de modo a auxiliar as equipes dos inventários nos diagnósticos e na elaboração de propostas para a valorização e promoção das línguas, bem como a autogestão da comunidade de falantes dessas ações. Ela serve de subsídio também para as equipes discutirem essa temática junto à comunidade e para se responder aos itens do módulo “Avaliação da vitalidade linguística, revitalização e promoção” no formulário do INDL.

De um lado, existe a responsabilidade dos falantes para a continuidade de uma língua, algo que nem sempre é objeto apenas da vontade individual ou coletiva. Por outro lado, é de responsabilidade dos agentes e instâncias promotoras da diversidade linguística e cultural atuar para viabilizar as condições políticas, econômicas e culturais para a promoção e valorização das línguas. Assim, podemos falar em duas dimensões da salvaguarda linguística: uma centrada nas comunidades linguísticas e outra propagada a partir de governos e organizações. Algumas iniciativas de revitalização linguística bem sucedidas ocorreram com o Maori, o Havaiano e o Hebraico. Trata-se de bons exemplos de como as dimensões supracitadas de salvaguardam funcionam conjuntamente.

O plano de gestão de uma língua por parte da comunidade linguística é resultado do cumprimento dos seguintes procedimentos:

- pesquisa e diagnósticos sobre a situação da língua;
- ações de mobilização social;
- estabelecimento de metas e objetivos para ações de revitalização e promoção da língua;
- implementação de estratégias e ações para a execução do plano de gestão da língua.

O procedimento 1 é discutido na SEÇÃO 10.1, e o procedimento 2, na SEÇÃO 10.2. A SEÇÃO 10.3 traz algumas estratégias e ações para a execução do plano de gestão da língua.

Com relação ao PROCEDIMENTO 3, “Estabelecimento de metas e objetivos para ações de revitalização e promoção da língua”, vale dizer que, primeiramente, essas metas e objetivos são decorrentes das respostas às seguintes questões:

- Qual a atual situação da língua e da comunidade linguística?
- Quais são os ideais da comunidade para sua língua, isto é, como a comunidade gostaria de ver a situação da língua?
- Quais são as metas e objetivos de curto, médio e longo prazo para se atingir este ideal?

Citamos abaixo um exemplo de objetivos estabelecidos pelo plano de gestão das línguas dos grupos indígenas da Columbia Britânica, no Oeste do Canadá, os quais têm logrado grandes avanços em termos de autogestão econômica, linguística, cultural e política nos últimos anos (cf. First People's Cultural Council, 2013). Os objetivos gerais desse plano de gestão foram os seguintes:

- aumentar o número de falantes das línguas indígenas;
- expandir as oportunidades e circunstâncias para se usar as línguas indígenas;
- melhorar a proficiência das pessoas indígenas em suas línguas nas modalidades de fala, escuta, escrita e leitura;
- expandir os usos das línguas indígenas nas diversas atividades sociais contemporâneas;
- fomentar o plurilinguismo como um valor entre os povos indígenas e não indígenas.

Para atingir esses objetivos, o seguinte conjunto de estratégias foi estabelecido:

- programas de imersão linguístico-cultural;
- publicações de guias metodológicos, livros didáticos e diversos materiais de referência sobre a língua e cultura indígena local;
- programas de formação e apoio para membros das comunidades;
- editais de fomento a projetos comunitários.

A realidade dos objetivos, metas, estratégias e ações varia muito de contexto para contexto, de língua para língua. Por isso, a melhor estratégia para se planejar é partir de um diagnóstico sociolinguístico e atividades de mobilização social para, então, se refletir sobre caminhos futuros a serem tomados. Nesse ponto, é recomendado que se pesquise sobre experiências bem-sucedidas de revitalização e promoção, de modo a subsidiar o planejamento da salvaguarda linguística.

10.1 PESQUISA, DIAGNÓSTICOS E DOCUMENTAÇÃO

É necessário conhecer a situação de uma língua para se realizar ações de sustentabilidade mais eficazes. Conhecer essa situação implica minimamente em compreender questões relacionadas à comunidade onde a língua é falada, o estado atual e histórico da dinâmica dos usos das línguas nessa sociedade e os recursos, programas e ações que existem sobre e para a língua.

Esse tipo de conhecimento pode ser produzido de forma panorâmica ou específica, de acordo com necessidades mais pontuais. Um diagnóstico panorâmico procura dar conta das seguintes informações:

- Qual a situação atual da língua com relação ao número de falantes, proficiência, transmissão, usos e atitudes?

- Que tipo de infraestrutura a língua conta, como recursos humanos, culturais, documentais, materiais e institucionais?

Diagnósticos específicos vão focar questões sociolinguísticas específicas, como, por exemplo, a educação escolar ou o uso da língua na família ou nos meios de comunicação.

Em todo caso, o que se investiga num diagnóstico tanto pode servir para se conhecer os problemas e planejar possíveis caminhos para solucioná-los quanto pode ser parte de um planejamento mais amplo, estando atrelado ao que se quer realizar numa dada situação sociolinguística.

A pesquisa pode ser pensada também como uma atividade individual ou coletiva de membros da comunidade linguística que tenham o interesse de investigar e difundir informações sobre sua língua, cultura e história.

A documentação de eventos comunicativos de uma língua com equipamentos de tecnologia digital tem diversas finalidades. Num primeiro momento, o processo de documentação é visto como uma oportunidade de mobilização da comunidade linguística na valorização de sua língua, onde oralidade e escrita, tradicional e digital, se encontram. Como consequência imediata, a documentação linguística produz acervos multifuncionais e multimídias sobre diversos aspectos de uma língua pois esta é componente do presente e da memória coletiva. Esses acervos são de especial valor para ações de difusão e valorização das línguas, sendo imprescindível que as comunidades tenham cópia de todos esses materiais. Além disso, com técnicas apropriadas de edição, constituição e conservação de acervos, os resultados podem ser disponibilizados para diferentes propósitos, sobretudo como recursos para se produzir materiais que possam promover a sustentabilidade da língua.

Outras ações possíveis da documentação linguística são as seguintes:

- Uso da documentação linguística como forma de pesquisa e formação de professores/pesquisadores comunitários.
- Aquisição de equipamentos e outros recursos tecnológicos para começar a montar uma infraestrutura local de documentação da língua.
- Documentação escrita da língua, por meio de dicionários, coletâneas de histórias, entre outros materiais.
- Divulgação da língua, e da diversidade linguística como um todo, para a sociedade abrangente, contribuindo assim para a promoção do multilinguismo a nível nacional.

10.2 AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

Considerando a natureza participativa dos processos de inventário e a necessidade de articulação de atores para a salvaguarda da diversidade linguística, as ações de

mobilização são fundamentais. Existem muitas possibilidades de construir processos de mobilização de comunidades e atores estratégicos. Elas incluem desde ações de divulgação dos projetos até a constituição de conselhos de acompanhamento do desenvolvimento do inventário, e podem variar muito de acordo com a natureza e características da pesquisa.

Grande parte das ações de mobilização no âmbito dos inventários é direcionada às comunidades linguísticas diretamente relacionadas à pesquisa. Envolver, entretanto, a comunidade local e, quando necessário, aquela mais ampla, pode ser estratégico tanto para as ações de fortalecimento da língua e sua sustentabilidade, quanto para combater o preconceito e a inferiorização linguístico-cultural.

Como passo inicial, recomenda-se a identificação de pessoas-chave da comunidade – lideranças, professores, mestres da tradição cultural, autoridades, anciãos, entre outras – e também outros atores que possam contribuir com o desenvolvimento do projeto – universidades, ONGs, órgãos e instituições de governo, entre outros. É interessante considerar nessas listas, as características de cada uma das pessoas e as suas possibilidades de contribuição para o projeto. Com essas listas elaboradas, é possível pensar estratégias de mobilização.

A organização das reuniões e fóruns de discussão deve considerar as dinâmicas internas de organização social das comunidades. O contato prévio às reuniões, principalmente com as lideranças comunitárias, e a sua contribuição na mobilização de outros indivíduos, apoiando a organização da própria reunião, pode ser bastante interessante quando se trata de eventos que envolvam muitas pessoas.

Os participantes e as características das reuniões variam muito de acordo com os objetivos da ação. Recomenda-se que, para as atividades de apresentação do projeto, de construção de anuências e de validação de resultados, essas reuniões envolvam a maior quantidade possível dos membros da comunidade. Em algumas situações, podem ser constituídas instâncias de representação – como conselhos de anciãos, por exemplo, ou comissões que contemplem os diferentes grupos ou regiões envolvidas no inventário –, cujo formato e funcionamento sejam discutidos com as próprias comunidades. Essas representações geralmente são constituídas para o acompanhamento das atividades da pesquisa, para a validação dos dados, para ajudar a definir categorias de entendimento do campo, entre outras funções possíveis.

Outra possibilidade que deve ser averiguada quando do planejamento das estratégias de mobilização são as próprias estruturas de mobilização e comunicação existentes na comunidade. Em muitos casos, já existem redes de articulação dos diferentes grupos e também redes de informação, como rádios comunitárias, por exemplo, que podem ser disponibilizadas para a divulgação do projeto e mobilização mais ampla dos atores.

Consideramos importante que sejam preparados para essas ocasiões, materiais de apresentação do projeto e da política da diversidade linguística, nos meios mais adequados aos contextos dessas comunidades. É fundamental que o projeto e a natureza da pesquisa, suas etapas, finalidades e produtos, sejam apresentados e

discutidos com as comunidades. Recomenda-se ainda que sejam feitos registros audiovisuais e escritos dessas reuniões, que funcionarão como memória do processo de pesquisa e também como formalização dos acordos realizados.

10.3 **ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA**

10.3.1 **EDUCAÇÃO ESCOLAR**

A escola é um ambiente ambíguo para os falantes de línguas minoritárias. Historicamente, ela teve um papel repressor, em que se procurava suprimir as línguas minoritárias em favor de uma língua majoritária. Mais recentemente, tem-se avançado em políticas educacionais interculturais e bilíngues, procurando valorizar as práticas culturais e linguísticas próprias de grupos minoritários.

As línguas minoritárias podem ter diferentes papéis nas escolas. Como se dará esse papel depende da situação da língua dentro da comunidade linguística onde ela é falada e da organização do sistema escolar nos níveis municipais, estaduais e federal. Em todo caso, o papel das línguas na escola deve estar definido nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Talvez o mais recorrente no Brasil, hoje, seja ter as línguas minoritárias como uma disciplina escolar à parte, tal como Matemática, Ciências ou Inglês. Quando pensamos nessa modalidade, temos de estar atentos para uma questão fundamental sobre a abordagem do ensino: vamos ensinar a língua como se ensina uma segunda língua como o Inglês e o Espanhol, ou como uma primeira língua tal como se trabalha o ensino do Português?

Essa decisão da abordagem de ensino é crucial desde as séries iniciais, pois as práticas de alfabetização das crianças, de jovens e adultos vão depender dessa abordagem. Ao se ensinar a língua, seja como primeira ou como segunda língua, devemos nos questionar também sobre quais seriam os objetivos pedagógicos do ensino de língua.

Outro papel possível desempenhado pelas línguas minoritárias na escola é como língua de instrução. Tradicionalmente, línguas minoritárias são utilizadas como língua de instrução para as séries iniciais em comunidades onde as crianças aprendem a língua com seus pais, e, progressivamente, enquanto o aluno avança nas séries escolares, vai se substituindo a língua minoritária por uma língua majoritária como a língua de instrução. Nesse tipo de modelo, a língua minoritária é usada como uma língua de instrução apenas incidentalmente, o que acaba por demover o valor e a funcionalidade da língua na sociedade a médio prazo. Outro modelo, mais ambicioso e complexo, no entanto, é quando a língua minoritária não fica restrita a uma disciplina específica ou às séries iniciais, mas é o meio de instrução para outras disciplinas. Existem grandes dificuldades para se implantar

esse tipo de modelo, que seria o ideal para se pensar uma escola que valorize as práticas linguísticas e culturais de grupos sociais minoritários. Por isso, as abordagens do ensino escolar intercultural, transdisciplinar e bilíngue parecem ser o melhor caminho possível para se avançar com esses objetivos.

Duas resoluções do MEC (BRASIL, 2012a, 2012b) sobre educação escolar para comunidades indígenas e quilombolas discutem em linhas gerais o papel das línguas e das práticas socioculturais nos modelos educacionais para esses grupos sociais e a UNESCO (2003) também estabelece diretrizes para a abordagem das línguas na educação escolar em contextos multilíngues.

Além dessas questões de macro-organização do sistema educacional, há ações a serem desenvolvidas no contexto escolar que podem dar apoio à sustentabilidade das línguas. Algumas dessas ações são discutidas nas próximas seções; outras que aqui destacamos são as seguintes:

- produção de materiais didáticos que sejam eficientes para atender à situação de aquisição (como língua materna ou segunda língua, por exemplo) e as necessidades do ensino da língua no ambiente escolar;
- formação de professores para o ensino da língua e da cultura da comunidade linguística conforme as necessidades locais.

10.3.2 PROGRAMAS DE IMERSÃO

Os chamados programas de imersão são atividades de caráter intensivo, em que se criam situações nas quais o uso da língua de referência, os valores culturais da comunidade linguística e as práticas educativas se combinam. Esses programas podem ocorrer no contexto escolar, mas também fora dele. Abaixo apresentamos algumas dessas iniciativas.

- **Ninho de línguas:** é um programa de imersão linguística para crianças de 0 a 6 anos. As crianças participam de atividades educativas em creches e pré-escolas com falantes fluentes da língua de referência, seus professores. A língua não é ensinada explicitamente às crianças, mas é criado um ambiente de práticas que naturalmente vão proporcionar a aquisição da língua pelas crianças. O ambiente de um ninho de línguas é absolutamente monolíngue.
- **Programas do tipo Mestre-Aprendiz:** A proposta de programas do tipo Mestre-Aprendiz é proporcionar um ambiente para que mestres (sabedores, falantes de referência, entre outros) possam conviver regularmente com aprendizes (os interessados em aprender a língua) para repassar seu conhecimento linguístico-cultural. Esses programas se tornaram estratégias-chave para a revitalização de línguas da América do Norte, onde foram implantados tendo como base um mestre e um aprendiz convivendo num ambiente absolutamente monolíngue. Em outras situações sociolinguísticas esse tipo de modelo poderia ser modificado, tornando-o mais coletivo do que individualizado.

Esses programas podem ser implantados envolvendo os seguintes atores:

- pessoas numa mesma família, como pais e filhos;
 - pessoas adultas, preferencialmente pessoas de uma mesma comunidade;
 - parte da educação escolar, como uma atividade de “terceiro tempo”, extensão ou até mesmo como componente curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
-
- **Outras iniciativas:** ações educativas podem ser realizadas com o intuito de promover a vivência de crianças, jovens e adultos em espaços e tempos designados especificamente para momentos de imersão linguístico-cultural, sejam eles monolíngues ou bilíngues, com duração de um dia a até algumas semanas ou meses. Algumas experiências focam na cultura tradicional de grupos nesses momentos, organizando oficinas, rituais, convivências em espaços como a mata, a roça, pescaria, entre outras. Outras experiências exploram um contexto mais próximo da educação formal, como classes de verão ou terceiro tempo escolar, ou a instituição de um dia da semana como o dia de se falar somente na língua minoritária na escola (como o fez o Projeto-Piloto do INDL para a Língua Asuriní do Trocará). Ainda há experiências que procuram trazer um aspecto lúdico, como acampamentos e excursões para jovens, colônias de férias, entre outros.

10.3.3 EXPANSÃO DOS USOS SOCIAIS DA LÍNGUA

Ações educativas como as que foram sugeridas acima promovem os usos sociais da língua em ambientes como a família, a escola e os espaços sociais mais característicos de uma comunidade. A partir de um diagnóstico de como as línguas estão sendo usadas em diferentes espaços sociais, é possível que a comunidade se organize para trabalhar pelo fortalecimento dos usos linguísticos em ambientes em que a língua tradicionalmente é falada, ou mesmo para expandir os usos linguísticos para diferentes ambientes sociais – sobretudo novos domínios. Políticas de cooficialização de línguas minoritárias são um bom instrumento jurídico para se avançar no objetivo de expandir os usos sociais da língua, sobretudo por obrigarem o poder público a usar a língua na legislação e nos serviços públicos. São igualmente importantes ações para promover os usos sociais da língua nos meios de comunicação, especialmente internet e rádio.

10.3.4 FOMENTO DE RECURSOS HUMANOS E TÉCNICOS PARA SALVAGUARDA DA LÍNGUA

A salvaguarda linguística prescinde de recursos humanos e técnicos. Sugerimos como estratégias de atuação ações com as seguintes tipologias:

- Formação de professores, tradutores, pesquisadores, documentaristas e gestores;
- Produção de materiais didáticos e paradidáticos;

- Produção de interfaces tecnológicas, como aplicativos para celulares, tradutores digitais, entre outros;
- Incentivo à elaboração de ortografias para línguas ágrafas;
- Implementação de programa de alfabetização e educação escolar;
- Incentivo à formação de organizações comunitárias para gestão de projetos relacionados à salvaguarda linguística.

O objetivo principal deste Guia de Pesquisa e Documentação é subsidiar pesquisadores e comunidades na elaboração de inventários linguísticos que subsidiem a implementação de políticas voltadas à preservação e promoção das línguas faladas no país. Nesse sentido, acreditamos na importância de diagnósticos sociolinguísticos para verificação da vitalidade das línguas e das necessidades por que passam as comunidades linguísticas, de modo a sensibilizar a sociedade nacional e as instituições públicas e privadas sobre a importância da diversidade linguística enquanto aspecto inerente à diversidade cultural no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Letícia de Souza. *Pesquisas sociolinguísticas entre os Asuriní do Tocantins. Contribuição para o inventário nacional da diversidade linguística (INDL)*. 2010. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Orientação: Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, Universidade de Brasília, 2010.

BLAIR, Frank. *Survey on a Shoestring: A Manual for Small-Scale Language Surveys*. Dallas, TX: Summer Institute of Linguistics, 1990.

BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico. Série Nacional, Volume 1*. Rio de Janeiro: IBGE – Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. **Ministério da Educação.** RESOLUÇÃO Nº 5, de 22 de junho de 2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012a.

_____. **Ministério da Educação.** RESOLUÇÃO Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012b.

CASAD, Eugene H. *Dialect intelligibility testing*. Dallas, TX: Summer Institute of Linguistics, University of Oklahoma, 1974.

DECKER, Ken; GRUMMITT, John. *Understanding Language Choices: A Guide to Sociolinguistic Assessment*. Dallas, Tex: SIL International, 2012.

FIRST People's Cultural Council. *A Guide to Language Policy and Planning for B.C. First Nations Communities*. First Peoples' Cultural Council, 2013.

FISHMAN, Joshua A. *Reversing language shift: Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages*. Clevedon (England) / Philadelphia: Multilingual Matters, 1991.

GRENOBLE, Lenore A.; WHALEY, Lindsay J. *Saving Languages: an introduction to language revitalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KAUFMANN, Göz. Atitudes na sociolinguística: aspectos teóricos e metodológicos. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 121-137.

KRAUSS, Michael E. The Indigenous Languages of the North: A Report on their Present State. In: SHOJI, H. (ed.). *Northern Minority Languages*. Osaka, Japão: Publications Office National Museum of Ethnology, 1997. p. 1-34. (Série Ethn. Studies; 44)

LAMBERT, William Wilson; LAMBERT, Wallace Earl. *A Psicologia Social*. 4.ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

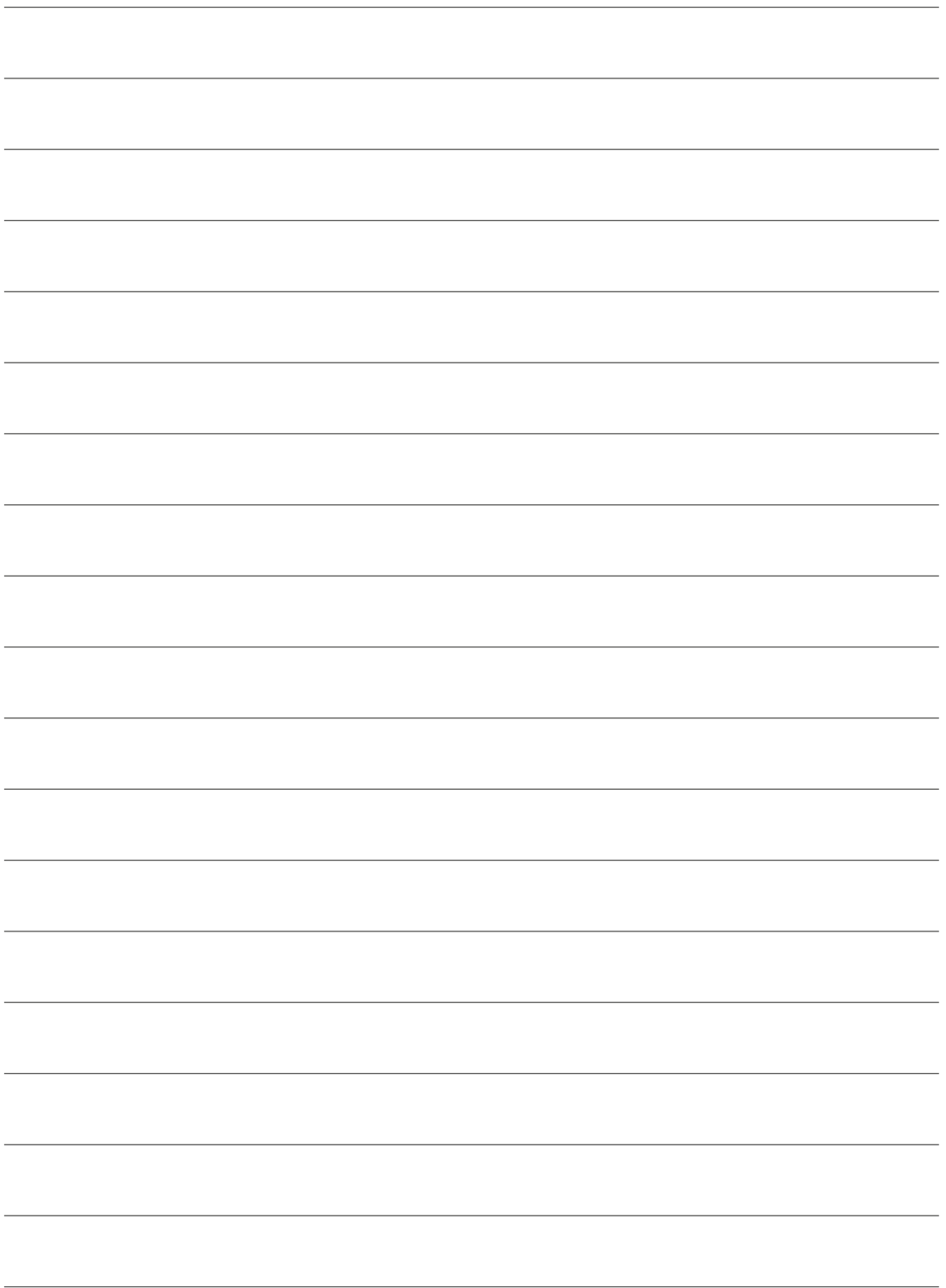
LEWIS, M. Paul; SIMONS, Gary F.; FENING, Charles D. (EDS.). *Ethnologue: Languages of the World*. 17. ed. Dallas, TX: SIL International, 2013.

NILS. *National Indigenous Languages Survey Report 2009*. Canberra, Australia, 2009.

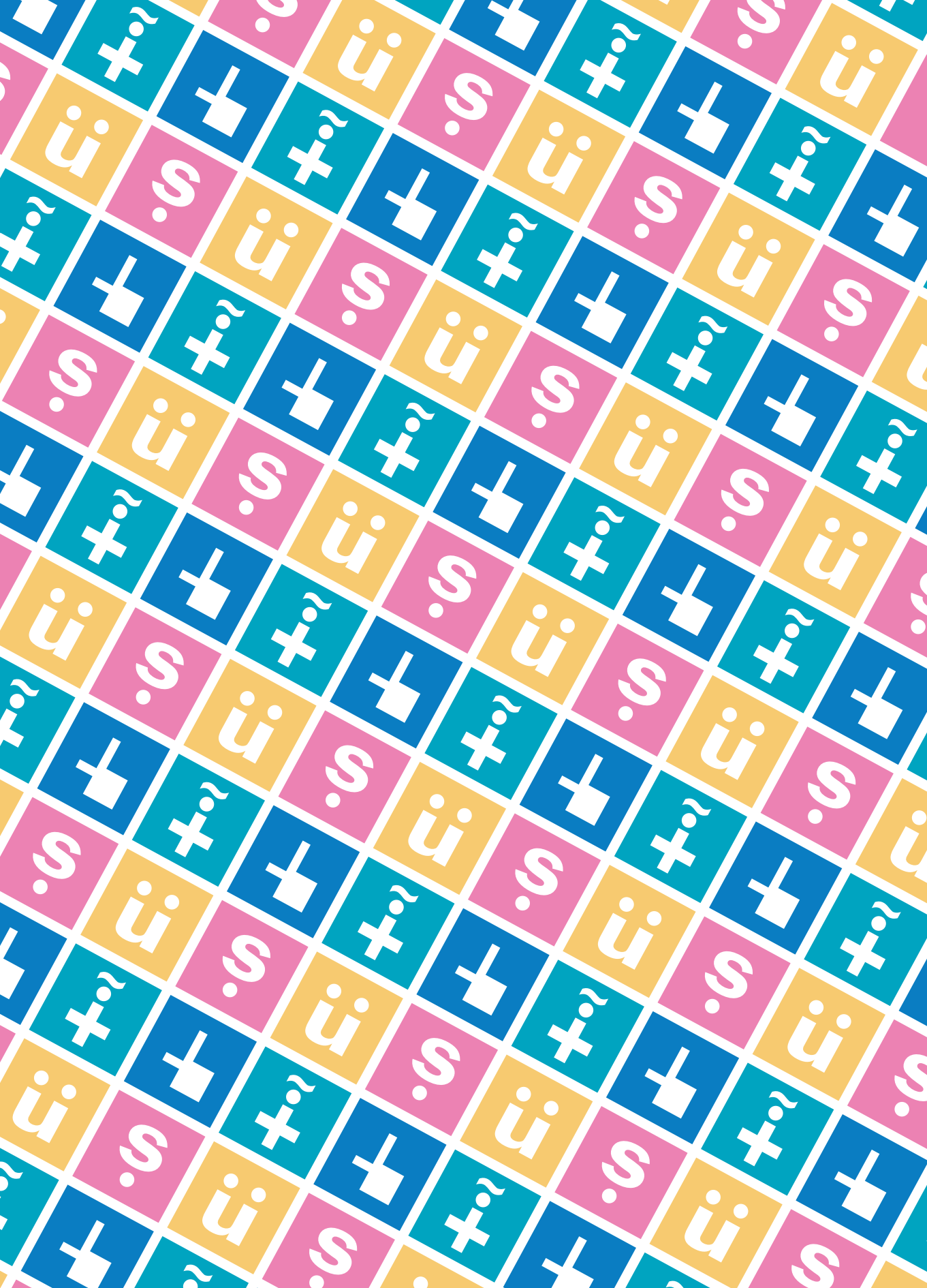
PRESTON, Dennis R. Introduction. In: _____ (ed.). *Handbook of perceptual dialectology*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999.

UNESCO. *Education in a multilingual world: Unesco education position paper*. Paris: Unesco, 2003.









IPHAN **80** ANOS 1937
2017

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA